

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 110
Setembro – 2009

S U M Á R I O

- 3 **Democracia e Autoritarismo em Honduras: o que está em jogo?**
Democracy and Authoritarianism in Honduras: what is at stake?
CARLOS FEDERICO DOMÍNGUEZ AVILA
- 5 **O Brasil e o G20 financeiro: alguns elementos analíticos**
Brazil and the financial G20: some analytical issues
PAULO ROBERTO DE ALMEIDA
- 9 **As eleições no Japão: o significado da derrota do Partido Liberal Democrata**
Election in Japan: the meaning of the Liberal Democratic Party's defeat
ROGÉRIO MAKINO
- 12 **O transformismo político e suas ressonâncias nas Relações Internacionais**
The political transformation and its echoes in the international relations
ARGEMIRO PROCÓPIO FILHO
- 14 **O significado dos recentes gastos militares do Brasil em perspectiva**
The meaning of Brazil's recent military expenditures in perspective
ANTÔNIO JORGE RAMALHO DA ROCHA
- 16 **Relação Estratégica Brasil-França: Questões a serem respondidas**
Brazil-France Strategic Relation: questions to be answered
GUNTHER RUDZIT; OTTO NOGAMI
- 19 **La renegociación de Itaipú: una nueva oportunidad para el Paraguay**
The Itaipú renegotiation: a new opportunity for Paraguay
GUSTAVO ROJAS; LUCAS ARCE
- 22 **O ocaso da "rivalidade emergente"**
The decline of the «emergent rivalry»
MATIAS SPEKTOR
- 23 **Estados Unidos e Arábia Saudita: desafio do governo Obama**
United States and Saudi Arabia: the challenge of Obama's government
VIRGÍLIO CAIXETA ARRAES
- 25 **Azerbaijão – a esquina de Dede Korkut na Rota das Sedas**
Azerbaijan – the corner of Dede Korkut in the silk routes
PAULO ANTÔNIO PEREIRA PINTO
- 28 **O Brasil e os direitos humanos: do conservadorismo à valorização**
Brazil and human rights: from conservatism to valorization
BRUNA VIEIRA DE PAULA
- RESENHAS**
- 31 **Lords of Finance: The Bankers Who Broke the World**
MAURÍCIO SANTORO ROCHA
- 33 **Rússia: a new cold war?**
ALESSANDRA APARECIDA LUQUE
- 37 **A Tirania do Petróleo: A mais Poderosa Indústria do Mundo e o que Pode ser feito para Detê-la**
JOSÉ ALEXANDRE ALTAHYDE HAGE
- 39 **Relações Internacionais: o desgaste da nova ordem mundial**
THIAGO GEHRE GALVÃO
- 42 **O Horizonte Regional do Brasil: Integração e Construção da América do Sul**
TAÍS SANDRIM JULIÃO

Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

ISSN 1518-1219

No. 110 – Setembro – 2009

Como contribuir

1. O Boletim publica artigos de análise de conjuntura e resenhas de livros;
2. As contribuições devem conter cerca de 7.000 caracteres (incluindo espaços) e devem ser apresentadas em processador de textos de uso universal;
3. Não devem ser usadas notas de rodapé. No caso de citação de bibliografia, usar o sistema Chicago (Autor, data), referenciando a literatura citada ao final do artigo;
4. As contribuições podem ser submetidas em português, inglês ou espanhol;
5. As contribuições devem conter o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional;
6. No caso de resenhas de livros, devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;
7. As contribuições devem vir acompanhadas de:
 - a. 3 palavras-chave em português e 3 key words em inglês;
 - b. Título em inglês;
 - c. Resumo em português e abstract em inglês, ambos com até 20 palavras.

Todas as contribuições serão submetidas a arbitragem científica, com avaliação de pelo menos dois pareceristas, escolhidos entre os membros do Conselho Editorial ou da comunidade científica especializada, em sistema de duplo cego (blind review). Os pareceristas poderão recomendar a publicação, condicioná-la a modificações no trabalho.

O processo de análise editorial se estende por cerca de 5 (cinco) dias úteis e os artigos aprovados são imediatamente publicados no site e depois consolidados na edição em formato PDF, lançada até o final do mês subsequente.

As submissões se dão por intermédio de formulário específico, acessível em <http://meridiano47.info/como-publicar/>

O que é o IBRI

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o IBRI desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite <http://www.ibri-rbpi.org>

Os artigos publicados em Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais estão indexados nos seguintes serviços internacionais:

- Fuente Acadêmica (Ebsco Publishing);
- Informe Acadêmico (Cengage Gale Learning);
- Academic OneFile (Cengage Gale Learning).

Política Editorial

Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais publica contribuições inéditas na forma de artigos científicos breves e resenhas de livros. Editado pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, o Boletim não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários nacionais ou estrangeiros. As opiniões expressas nos trabalhos publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores e não traduz a opinião ou o endosso do IBRI.

O Boletim publica trabalhos cuja temática se situe na grande área de relações internacionais, em que se compreende Política Internacional e Comparada, Direito Internacional, História das Relações Internacionais e da Política Exterior e Economia Política Internacional.

Todos os artigos serão submetidos a arbitragem científica, em sistema de duplo cego (blind review), com avaliação de pelo menos dois pareceristas escolhidos entre os membros do Conselho Editorial ou da comunidade científica especializada. Os pareceristas poderão recomendar a publicação, condicioná-la a ajustes na forma, estrutura ou conteúdo, ou mesmo negá-la. Neste processo o anonimato dos autores e dos pareceristas é garantido.

A publicação de contribuições será sempre amparada pelas recomendações do Conselho Editorial e pela análise dos pareceres produzidos.

© 2000-2009 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Expediente

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editor-adjunto: Virgílio Arrais

Conselho Editorial:

Amado Luiz Cervo (Universidade de Brasília), Andrés Malamud (Universidade de Lisboa, Portugal), Antônio Carlos Lessa (Universidade de Brasília), Cristina Soreanu Pecequillo (Universidade Estadual Paulista), Estevão Chaves de Rezende Martins (Universidade de Brasília), Francisco Doratioto (Universidade de Brasília), Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosario, Argentina), João Pontes Nogueira (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), Marco Cepik (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Miriam Gomes Saraiva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Pio Penna Filho (Universidade de São Paulo), Paulo Luiz Esteves (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais).

Democracia e Autoritarismo em Honduras: o que está em jogo?

Democracy and Authoritarianism in Honduras: what is at stake?

CARLOS FEDERICO DOMÍNGUEZ AVILA*

Meridiano 47 n. 110, set. 2009 [p. 3 a 4]

Em 28 de junho de 2009, os hondurenhos estavam convidados a participar em uma consulta popular não-vinculante que possibilitaria (ou não) a realização de um plebiscito conjunta e simultaneamente com as eleições gerais programadas para 27 de novembro deste ano. Na hipótese de ter massivo apoio popular o plebiscito demandaria reformas constitucionais no governo a ser empossado em janeiro de 2010. É importante ressaltar que, diferentemente do que normalmente aparece na imprensa, o presidente José Manuel Zelaya Rosales (2006-2010) não é – e nunca foi – candidato a um novo período de governo – isto é, a uma eventual reeleição consecutiva, que de fato não existe história política recente do país.

Ao mesmo tempo, é inegável que o Honduras precisa de amplas e profundas reformas constitucionais, inclusive para – seguindo as recomendações do PNUD e seu consagrado relatório sobre A Democracia na América Latina (de 2004) – conseguir uma transformação da democracia eleitoral existente no país em uma democracia de cidadania.

Observe-se que durante todo seu governo o presidente Zelaya – sem ser necessariamente de orientação esquerdista – conquistou evidente apoio popular pelo firme compromisso com a justiça social, com crescimento econômico, com a luta contra a corrupção e o privilégio, e com o projeto democrático. Igualmente foi marcante seu compromisso com a diversificação das opções em política internacional. Lamentavelmente a alternativa popular causou irritação na fechada e obscurantista elite dominante do país.

Foi precisamente para evitar eventuais reformas constitucionais que, na madrugada de 28 de junho, um comando militar invadiu a residência do presidente da República, seqüestrou-o e finalmente expulsou-o do país. Poucas horas depois foi apresentada uma – patética e falsa – carta de renúncia do Zelaya. E eventualmente a oligarquia local, os militares e seus agentes e simpatizantes (inclusive aqueles tradicionalmente presentes no Parlamento e na Corte Suprema) anunciaram candidamente uma “sucessão constitucional.” Na verdade inaugurou-se um regime despótico e usurpador que se sustenta nas armas, na repressão e em uma ultrapassada concepção elitista das relações entre a sociedade e o Estado.

Contudo, e em contraste com golpes palacianos do passado, nesta oportunidade uma parcela significativa, consciente e conseqüente do povo hondurenho, encabeçado pelo denominado Frente Nacional de Resistência contra o Golpe, não aceitou a autoritária, veleidosa e traiçoeira ação golpista. Desde então, milhares de operários, camponeses, mulheres, jovens, moradores, indígenas, afro-descendentes, minorias sociais e docentes, dentre outros setores populares, têm realizado todo tipo de ações pacíficas para remover os usurpadores. Na práxis, eles representam e expressam a noção de soberania popular. Certamente a Resistência e a reserva moral, democrática e cidadã da nação em um momento decisivo da história. Acontece que em Honduras está em jogo não somente a dignidade de todo um povo, como também a natureza profética e libertadora do projeto democrático latino-americano.

* Doutor em História pela Universidade de Brasília. Docente e pesquisador do Mestrado em Ciência Política do UNIEURO (cdominguez_unieuro@yahoo.com.br).

Nesse contexto geral, o governo e o povo brasileiro condenaram desde o primeiro momento o golpe. Essencialmente Brasília acredita – junto com (quase) toda a comunidade hemisférica e mundial – que a resolução da crise hondurenha passa necessariamente pela via negociada entre as partes em conflito. Nessa linha, o presidente Lula e o chanceler Celso Amorim concordam com a plataforma política, filosófica e metodológica do denominado “acordo de São José” impulsionado pelo presidente da Costa Rica Oscar Arias Sanchez. Resumidamente o acordo de São José propugna por um pacto político que deverá necessariamente incluir os seguintes aspectos: (i) a restituição do presidente Zelaya para concluir pacificamente seu período de governo, (ii) a realização de eleições livres em 27 de novembro, (iii) a toma de posse de um novo e legítimo governo em janeiro de 2010, e (iv) a concessão de anistia política. Observe-se que o acordo de São José foi aceito imediatamente pelo presidente Zelaya, porém rejeitado pelo grupo golpista – que procura ganhar tempo com táticas dilatórias procurando emplacar, nas eleições de novembro, um novo governo conservador no país.

Daí a altíssima relevância da concessão de apoio, proteção e hospitalidade na sede da representação diplomática brasileira em Tegucigalpa a um presidente legítimo – e indiretamente a um povo em luta direta, democrática e pacífica contra o autoritarismo, a reação e o obscurantismo. “Obrigado Brasil!” diziam recentemente as faixas dos protestos populares em toda a geografia do país centro-americano, em contraste com as mentiras, a repressão e o radicalismo dos usurpadores e seus simpatizantes.

Em síntese, e ainda que possa parecer um tanto maniqueísta, a crise hondurenha deve continuar sendo abordada sob a óptica da histórica contradição entre autoritarismo e democracia – ou entre golpistas e democratas. E, salvo melhor juízo, aqueles que realmente acreditam na vigência do projeto democrático latino-americano não podem deixar de identificar-se com os homens e mulheres que, após 90 dias de luta constante e crescente, continuam firmes na linha de frente contra o autoritarismo e um eventual “dominó reacionário” em nosso continente e no mundo.

Recebido em 27/09/2009

Aprovado em 28/09/2009

Resumo: O artigo trata da crise política em Honduras após o golpe de Estado de junho último. Argumenta-se que a melhor alternativa para resolver democraticamente a crise é o denominado acordo de São José. A posição brasileira, especialmente após a concessão de apoio e proteção ao presidente José Manuel Zelaya na embaixada em Tegucigalpa, é decisiva.

Abstract: The article talks about the political crisis in Honduras after the military coup d'état last June. One can argue that the best decision to solve the crisis democratically is the San Jose Pact. The Brazilian position, especially after the concession of support to the former president José Manuel Zelaya at the Brazilian Embassy in Tegucigalpa, is decisive.

Palavras-chave: Democracia; Autoritarismo; Honduras
Key words: Democracy; Authoritarianism; Honduras



O Brasil e o G20 financeiro: alguns elementos analíticos

Brazil and the financial G20: some analytical issues

PAULO ROBERTO DE ALMEIDA*

Meridiano 47 n. 110, set. 2009 [p. 5 a 8]

Este breve ensaio efetua uma análise de conjuntura da economia brasileira, mais pelo lado das políticas econômicas do que propriamente pelos principais indicadores setoriais. Foram focalizadas a situação econômica previamente e no decorrer da crise, as principais respostas das autoridades econômicas e as perspectivas que se oferecem ao Brasil no pós-crise, relativamente favoráveis no conjunto do G20. São também tecidas considerações sobre as principais propostas brasileiras para uma nova arquitetura financeira internacional, em torno de posições que o país partilha com os demais Brics, cujo teor essencial é o aumento da participação dos emergentes nos processos decisórios mundiais.

2. O Brasil no G20: ativos políticos e limitações econômicas

Embora não imune a seus efeitos mais graves, no seu pico recessivo – entre o terceiro trimestre de 2008 e o primeiro semestre de 2009 – o Brasil parece ter resistido bem à crise financeira internacional iniciada no setor imobiliário americano e que logo se propagou para todo o sistema bancário e, daí, para uma crise econômica internacional. Ele foi um dos primeiros países a demandar reuniões internacionais de coordenação, tanto para conter os efeitos mais devastadores da crise, como para impulsionar o que considera ser uma agenda inconclusa das relações econômicas internacionais: a rodada Doha de negociações comerciais multilaterais da OMC. Suas demandas favoráveis à maior regulação do setor financeiro.

Em virtude de sua diplomacia hiperativa – em grande medida derivada da exposição internacional de seu presidente – o Brasil possui, *prima facie*, ativos políticos para sugerir questões para a formulação da agenda financeira internacional, muito embora, no plano estritamente econômico, seus ativos sejam bem mais limitados, em função da baixa intensidade de seu comércio internacional, sua situação de importador líquido de capitais e o caráter não conversível de sua moeda.

3. A situação macroeconômica pré-crise e as respostas à crise

O Brasil vinha numa trajetória relativamente satisfatória de crescimento e estabilidade no período anterior à crise, graças à demanda internacional por seus produtos primários de exportação, os altos preços alcançados por estes, a descoberta de gigantescas jazidas *off shore* de petróleo e a vasta atração de investimentos estrangeiros. Os canais de propagação da crise internacional no Brasil foram, principalmente: a exaustão dos créditos para o comércio exterior; a retração dos mercados externos e dos investimentos estrangeiros; a queda brusca nos preços dos principais produtos de exportação, o que gerou desemprego setorial no Brasil e revisão completa dos planos de investimentos na base produtiva nacional. O momento mais dramático foi a queda brutal da produção industrial no último trimestre de 2008, com o aumento concomitante do desemprego no setor, fazendo com que as estimativas

* Doutor em ciências sociais pela Universidade de Bruxelas (1984); diplomata de carreira do serviço exterior brasileiro desde 1977; professor de Economia Política Internacional no Mestrado em Direito do Centro Universitário de Brasília (Uniceub); autor de diversos livros de história diplomática e de relações internacionais (pralmeida@mac.com).

dos analistas quanto aos indicadores de crescimento passassem do pessimismo ao catastrófico.

As respostas do governo, mais especificamente do Banco Central, foram adequadas ao momento, embora o lado monetário e financeiro tenha sido bem mais coerente do que o lado fiscal. No plano das autoridades monetárias, o que se fez foi classicamente keynesiano: injeção de liquidez na veia do sistema, com redução dos depósitos compulsórios; extensão dos créditos ao setor bancário; atuação na frente cambial e de comércio exterior, com a redução concomitante dos juros de referência. No que se refere às autoridades fiscais, as medidas não tiveram quase nada de verdadeiramente anticíclicas: a despeito da redução de impostos indiretos em alguns setores – mas atingindo apenas aqueles que teriam de ser transferidos aos estados e municípios, e não as contribuições devidas unicamente ao poder central – houve uma elevação generalizada de gastos em rubricas que são permanentes – como aumentos nos salários do funcionalismo e promessas renovadas no que se refere ao salário mínimo e Bolsa-Família – com muito pouco acréscimo nos investimentos em infra-estrutura e quase nenhum alívio na carga fiscal da massa dos contribuintes-consumidores. Por outro lado, o aumento exagerado do crédito através dos bancos públicos – que já concentram uma grande proporção dos empréstimos no Brasil – pode vir a provocar insuficiência de oferta produtiva e pressões inflacionárias, o que poderá obrigar o Copom a elevar novamente os juros, quebrando o ciclo de baixa iniciado em janeiro de 2009 (até um patamar inédito na história do Brasil: 8,75%).

4. As respostas dos membros do G20 e a posição do Brasil

Os membros do G20 também atuaram segundo as linhas clássicas do keynesianismo aplicado. No caso do Brasil, os fundamentos macroeconômicos são bem mais sólidos do que por ocasião de crises passadas, o que justifica a manutenção, pelas principais agências de avaliação de risco, do *investment grade* atribuído anteriormente ao Brasil, e o fluxo ascendente de

capitais externos, tanto de investimento direto como de cunho puramente financeiro. Por outro lado, a demanda da China – convertida em principal parceiro comercial no começo de 2009 – por produtos primários de exportação brasileira atuou no sentido da revalorização dos seus preços, o que pode minimizar o impacto negativo da crise internacional sobre nossa balança de transações correntes. O setor financeiro, por sua vez, não foi sequer arranhado, a despeito do retraimento de fontes externas de financiamento, graças à aplicação judiciosa por parte do Banco Central das regras prudenciais de Basileia e à herança do Proer, que eliminou completamente o perigo de bancos privados e públicos administrados de maneira irresponsável na primeira metade da década passada. O grande mérito do governo atual no plano econômico foi, justamente, o de ter preservado o núcleo essencial das políticas adotadas antes do seu início, quais sejam: flutuação cambial, metas de inflação e responsabilidade fiscal, tanto pelo lado da preservação do superávit primário como da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, que o partido atualmente no poder pretendia dismantelar quando era oposição.

Na frente cambial, após uma paradoxal valorização do dólar (em meio à crise de confiança na economia americana) e uma desvalorização sensível da moeda brasileira entre setembro de 2008 e fevereiro de 2009 (que atingiu quase 50% entre seu pico de valorização, em julho de 2008, e o fundo do poço, em dezembro), o real voltou a conhecer o mesmo fenômeno da valorização gradual, que tanto preocupa os exportadores e os industriais de modo geral. O Banco Central tem respondido com novas compras de divisas, tendo as reservas ultrapassado o pico de 209 bilhões de dólares do período anterior à crise. Mas as autoridades financeiras têm resistido sensatamente às demandas de setores dirigistas por ativismo cambial e controles dos fluxos de capitais. Pouco se fala, porém, do enorme custo fiscal do carregamento dessas reservas – quase 20 bilhões de dólares por ano – ademais da enorme concentração das divisas em títulos do Tesouro americano, com juros negativos e perspectivas de desvalorização ulterior do dólar americano.

5. Perspectivas brasileiras para Pittsburgh: a ação através dos Brics

Desde a primeira reunião de cúpula do G20 em Washington (em novembro de 2008), passando pela reunião de Londres (de abril de 2009) e, provavelmente também nesta próxima reunião de Pittsburgh (setembro de 2009), o Brasil vem mantendo posições relativamente próximas do grupo de “regulacionistas keynesianos”, como poderiam ser assim designados aqueles que pretendem introduzir medidas mais rígidas de controle dos fluxos de capital, que pretendem criar mecanismos que possam “coibir” a “especulação financeira”, inclusive no sentido de reforçar e ampliar os instrumentos prudenciais e regulatórios sobre as atividades das instituições financeiras – concebidas num sentido amplo. No plano da conjuntura econômica e da luta pela recuperação da economia mundial pós-crise, o Brasil advoga a manutenção das medidas fiscais de estímulo à economia pelo tempo que for necessário para a retomada plena do ritmo de atividade. Ele também acha que os países precisam introduzir sanções contra os paraísos fiscais, considerados um dos condutos da especulação. No plano das relações econômicas internacionais, o Brasil prega a retomada e a conclusão da Rodada Doha de negociações comerciais multilaterais como um dos componentes da retomada ordenada da atividade econômica.

Finalmente, no que tange a nova “arquitetura” do sistema financeiro internacional, o Brasil propõe uma redistribuição e ampliação do sistema de cotas das duas instituições de Bretton Woods, no sentido de fazer a participação dos países em desenvolvimento (ou, na nova linguagem, os emergentes) elevar-se à proporção de 47% sobre o capital total, reduzindo-se de maneira concomitante a participação dos países avançados (atualmente de 60% sobre o total). A sugestão é que o processo se dê em detrimento dos pequenos países europeus, como aliás já sugerido pelos próprios Estados Unidos. Todo o ativismo reformista brasileiro se dá, atualmente, em conjunção com os Brics, muito embora a China – a despeito de ter lançado inicialmente a idéia – não tenha aderido, no encontro de Londres, à sugestão de que os países do G20 e as instituições financeiras multilaterais con-

cebem um novo instrumento de reserva internacional (e possivelmente de troca também), baseado numa cesta de moedas dos países mais relevantes. Contraditoriamente, porém, os quatro Brics possuem imensas reservas em dólar e não teriam, assim, interesse, numa rápida desvalorização da moeda americana. As reservas brasileiras em divisas ascendem atualmente a mais de 215 bilhões de dólares, das quais aproximadamente três quartos estão aplicadas em T-bonds.

6. Conclusões: visões contraditórias sobre a crise e a gestão econômica

O Brasil se encontra relativamente preparado para uma nova fase de crescimento, à condição que o mau comportamento fiscal do governo, exibido atualmente, não seja exacerbado e que sua voracidade tributária seja contida em limites razoáveis, para permitir que o setor privado possa investir e criar riquezas, emprego e renda, atividades que apenas ele pode fazer. Dada a propensão governamental ao gasto excessivo, muitos temem a formação de uma bomba-relógio fiscal, a explodir em algum momento da próxima década, a despeito de um contexto de provável retomada do crescimento mundial. O Brasil, em todo caso, é o país de menor crescimento entre os emergentes, uma característica que ele deveria tentar superar. O setor privado já fez a sua parte, no sentido de se ajustar às novas condições dos mercados internacionais; cabe ao governo, agora, tentar fazer a sua, sobretudo atuando de modo responsável no plano fiscal.

No plano internacional, finalmente, o Brasil deve continuar a se articular com os três outros membros do Bric, bem como com outros países relevantes dentre os emergentes – como a África do Sul, país com o qual o Brasil constitui um outro grupo, junto com a Índia (o IBSA) – no sentido de oferecer propostas reformistas das instituições financeiras que contemplem o aumento do poder decisório desses países nessas instituições.

Recebido em 13/09/2009
 Aprovado em 14/09/2009

Resumo: Análise da situação econômica conjuntural do Brasil em face da agenda de debates internacionais em torno do G20 financeiro, com exame das respostas brasileiras à crise financeira internacional e de suas propostas para o debate político, no contexto dos Brics.

Abstract: Analysis of the Brazilian current economic situation in connection with the agenda for discussions

within the financial G20, with an assessment of the Brazilian responses to the international financial crises and its proposals for the political debate, in the framework of the Brics.

Palavras-chave: Crise financeira internacional; posição do Brasil; G20

Key words: International financial crisis; Brazilian situation; G20



As eleições no Japão: o significado da derrota do Partido Liberal Democrata

Election in Japan: the meaning of the Liberal Democratic Party's defeat

ROGÉRIO MAKINO*

Meridiano 47 n. 110, set. 2009 [p. 9 a 11]

Depois de mais de cinco décadas quase ininterruptas no poder, o Partido Liberal Democrata (*Jimintô* em japonês) é derrotado por votação esmagadora em benefício do Partido Democrático do Japão (*Minshutô* em japonês). Embora as pesquisas de opinião, como a do *Asahi Shimbun* – um dos principais jornais do Japão em número de exemplares vendidos – já indicasse essa possibilidade, uma mudança dessa magnitude no quadro político do Japão não teria como deixar de instigar a curiosidade acerca das circunstâncias que a propiciaram.

A história do PLD praticamente se confunde com a história política do Japão do Pós-Guerra. Ascendeu ao poder em 1955, três anos depois de o Japão ter ganhado de volta a soberania, com a missão de reconstruir o país destruído pela guerra e servir de baluarte do modelo capitalista no Extremo Oriente tendo em vista barrar a expansão do comunismo naquela região. A Guerra da Coreia tornou o Japão um elemento estratégico naquela fase da Guerra Fria, o que lhe garantiu os investimentos estadunidenses para a sua recuperação e uma complacência relativamente duradoura em relação a determinadas práticas neomercantilistas agressivas da política comercial japonesa. Oportunidades das quais os governos do PLD souberam tirar proveito para transformar o país na segunda maior economia do planeta.

O objetivo histórico do Japão, desde a Era Meiji (1868-1912), de ser reconhecido pelo Ocidente como uma potência importante foi alcançado, mesmo que essa grandeza tenha se restringido basicamente à esfera econômica. O Tratado de Paz

de São Francisco, assinado pelo Japão e pelos aliados vencedores da Segunda Guerra em 1951, pôs fim às aspirações imperialistas/militaristas do país. Na realidade, o Japão não só aceitou as condições, como abriu mão unilateralmente de qualquer aspiração nuclear, concentrando todos os seus esforços no crescimento econômico. Poucas vezes se levantaram contra a orientação japonesa de centrar-se quase exclusivamente em objetivos econômicos. O caso de aversão mais famoso a essa política foi o *harakiri* do célebre escritor Yukio Mishima, intelectual que não se conformava com um Japão domado e ocidentalizado, órfão das tradições e do ideal de Império (leia-se a renúncia do Japão ao uso da força e ao militarismo).

De fato, pode se atribuir principalmente ao sucesso econômico a sustentação quinquenária do Partido Liberal no poder. Os japoneses se orgulhavam de seus índices sócio-econômicos, que figuravam entre os melhores do mundo, tais como renda *per capita*, expectativa de vida e o pleno emprego, que, para outros países, pareceria utópico. O êxito do modelo *toyotista* (no qual se entrava como estagiário com expectativas de permanecer até a aposentadoria), assombrou por muito tempo as montadoras americanas. Ademais, o Japão, sob a liderança do Partido Liberal, conseguiu enfrentar com firmeza condições adversas como a desvalorização unilateral do dólar, por parte dos Estados Unidos em 1971 e, mesmo com completa dependência energética, as crises do petróleo de 1973 e 1979. Autores como Gilpin [1990], chegaram a prever a ascensão do Japão

* Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB (makinotga@yahoo.com.br).

à condição de maior potência econômica do mundo. Fato o qual, após duas décadas, demonstra o quão complicado é tentar fazer previsões nas Ciências Humanas.

A partir de meados da década de 80, o Japão não conseguiu mais manter o seu ritmo de crescimento e a década de 90 ficou conhecida como «a década perdida», em função da estagnação econômica. Tendência a qual se demonstrou persistente na primeira década do século XXI. Enquanto isso, seus vizinhos, notoriamente a China, crescia a taxas altíssimas, fazendo o Japão decrescer em importância relativa na região e no mundo.

Mesmo diante do marasmo das últimas duas décadas, o eleitorado nipônico manteve seu apoio ao PLD. Na realidade, uma das características mais marcantes em cinco décadas de democracia no Japão é o conservadorismo do eleitor japonês. Muitos eleitores se mantinham fiéis aos políticos tradicionais e aos herdeiros políticos desses. Mas dois fatos associados a já mencionada estagnação do Japão pesaram nessa última eleição: a Crise Financeira Internacional e a eleição de Barack Obama à presidência dos Estados Unidos.

Não houve país que estivesse completamente imune à recente crise financeira internacional. Mas alguns países padeceram mais que os outros. O Japão, que já se encontrava em situação vulnerável, quando a crise chegou, sentiu mais fortemente os seus efeitos devastadores. Foram recordes negativos. A queda do PIB japonês chegou a 10% no ano passado e o desemprego atingiu as taxas mais altas desde a Segunda Guerra Mundial. Para o Brasil, um reflexo mais visível disso pode ser percebido na volta dos *dekasseguis*, cerca de 50 mil brasileiros (aproximadamente 17% da comunidade brasileira no Japão) retornaram desde o início da crise, um número sem precedentes na história dos fluxos migratórios de brasileiros. O marasmo dos últimos vinte anos foi interrompido por um cataclismo financeiro.

Outro fator que teve uma influência nas eleições japonesas, embora não explicitamente, foi a recente eleição de Barack H. Obama à presidência dos Estados Unidos. Os japoneses têm uma admiração especial pelos Estados Unidos e isso é perceptível desde a

chegada do comodoro Perry na baía de Edo (1853). À época da eleição americana, a maioria dos japoneses se demonstrou simpática à novidade estadunidense. No Japão, suvenires à imagem e semelhança de Obama, juntamente com comemorações de sua vitória, não faltaram. A análise do discurso do candidato do Partido Democrático, Yukio Hatoyama, demonstra a presença de uma série de elementos que inevitavelmente remete à retórica de Obama, tais como «tempo de mudança», «vencer o medo», esperança, etc.

Já o candidato à reeleição do PLD, Taro Aso, assumiu a responsabilidade e pediu perdão pela atual situação do país. Interessante notar que na cultura nipônica o «perdão» tradicionalmente não tem o significado nobre e expiatório do mundo ocidental-cristão. Até nos guias de viagem, sugere-se que seja evitado o uso excessivo de desculpas, pois tal ato pode ser interpretado como «infantilidade» ou, no caso da política, como fraqueza. A honra (conceito importante na cultura japonesa), para os tradicionais, não pode ser reconquistada apenas com o mero pedido de desculpas. O resultado da estratégia de Aso foi que 30% dos eleitores tradicionalmente fiéis ao Partido Liberal votaram no Partido Democrático, conforme os dados do *Asahi Shimbun*.

A mudança ocorrida na última eleição, no entanto, não se resumiu, simplesmente, na derrota do Primeiro Ministro Taro Aso. Os números foram expressivos: o Partido Democrático conseguiu 308 das 480 cadeiras na Câmara Baixa (o bloco opositor conseguiu 340). Além disso, o número de novatos na Câmara Baixa foi recorde, 158 cadeiras. O número de mulheres que concorreram também o foi; elas somaram 229 dos 1374 candidatos. Dessas, 54 conseguiram ser eleitas, a maioria do Partido Democrático, contra 43 eleitas no pleito de 2005.

Os pilares que sustentaram o PLD no poder por tanto tempo foram o reconhecimento das realizações históricas do partido (o *status* internacional do Japão como segunda potência econômica e o alto padrão de vida dos japoneses) e o próprio conservadorismo do eleitorado japonês. Mas a Crise Financeira Internacional transformou o desânimo frente ao marasmo em uma necessidade de mudar em função da gravidade dos novos desafios surgidos e a eleição de Obama,

na memória recente, teve o seu papel de exemplo inspirador. A vitória do Partido Democrático não foi apenas uma mudança, mas um rompimento com quase cinquenta anos de história. Em um país onde a tradição é extremamente valorizada, o ano 2009 torna-se um marco na história política do Japão.

Referências

GILPIN, Robert. «Where does Japan fit?» In: NEWLAND, Kathleen (org.). *The International Relations of Japan*. Worcester: Billing and Sons Ltd, 1990.

Poll: 30% of LDP faithful voted DJP. *Asahi Shimbun*. Sep. 1, 2009. Disponível em <<http://www.asahi.com/english/Herald-asahi/TKY200909010055.html>>, acessado em 01/09/2009.

Recebido em 01/09/2009
Aprovado em 02/09/2009

Resumo: O artigo trata da histórica derrota do Partido Liberal Democrata nas eleições desse ano (2009).

Abstract: The article is about the historical defeat of the Liberal Democratic Party in this year's election (2009).

Palavras chaves: eleições japonesas; derrota do Partido Liberal Democrata; vitória do Partido Democrático do Japão

Key words: Japanese election; Liberal Democratic Party's defeat; Democratic Party's victory



O transformismo político e suas ressonâncias nas Relações Internacionais

The political transformation and its echoes in the international relations

ARGEMIRO PROCÓPIO FILHO*

Meridiano 47 n. 110, set. 2009 [p. 12 a 13]

Nos conformes das circunstâncias e surpreendendo a si mesmo pela desenvoltura com que se transveste para de dia ser Maria no Fórum Econômico Mundial de Davos e à noite João no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, o transformismo lulista inspirou-se em sua própria *rationale*. Com carmim em seus lábios ditou concessões ao capital especulativo mantendo a extorsiva taxa Selic, a mais alta do mundo. Não reduzir o *spread* bancário angariou influentes aliados que lhe creditaram um *performance* superior ao merecido aqui e no exterior.

Seu portfólio de éticas, mais pela cooptação e menos pela convicção, se inspira no messianismo político a ele inerente. Dessa forma, o mencionado transformismo trama a desfavor da revolução por mudanças estruturais.

Artista hábil, a teatralidade consciente intrínseca à duplicidade política lulista rende apoio para quantos mandatos queira. Encenando o progressista ou desdizendo numa hora o que julga oportuno prometer noutra, ele domina uma retórica de carismática duplicidade. Seu destino manifesto concretado no pragmatismo circunstancial inclina-se pouco para o trabalho e demasiado para o representativo. No exercício do mandato presidencial, aquele que mais viajou e longamente permaneceu no exterior sequer esteve em todos os estados da federação. Até julho de 2009 o Primeiro Mandatário não havia visitado Roraima.

Na contraface do seu dom de liderar a desfavor de mudanças estruturais, o lulismo tatua no corpo da sociedade símbolos do imobilismo político com indeléveis cores do oportunismo. Subestimando deveres para com as gerações futuras, tutela a impunidade no modelo brasileiro de progresso oligárquico. Coletador

do de primeira em politicagem sustentável dentro do lixão nacional, órfão de idéias e adepto contumaz da multiplicação de burocracias, Luis Inácio Lula da Silva governa com quase meia centena de secretarias especiais e ministérios!

Nesse prolongado casamento com o oportunismo político, tal fenômeno inseminou pelos recônditos da nação a decadência do sindicalismo pelego. Auto-interessado nos privilégios que consegue agarrar, defende com unhas e dentes o *status quo* dos grupos opositores à reorganização do Estado.

Deslembado dos acertos por radical revolução contra a apartação social e por honesta reforma agrária, o situacionismo, pelas vias do latifúndio, promove a política do bioetanol que levou Brasília a ensaiar acordos a favor da cana-de-açúcar do Inferno Verde até o Haiti, comprometendo o quase nada que ali resta de alimento e de mato. Esqueceu que o presidente deposto Jean-Bertrand Aristide e seus partidários encaram quaisquer tropas estrangeiras lá estacionadas como a mão do feitor em tarefas de capitão-do-mato. Na Ordem dos Advogados do Brasil, em voz alta se diz, tais tropas marcham mais pela ocupação do que para um trabalho de caráter humanitário. Num beco sem saída e ignorando que o Brasil também é Haiti, o exibicionismo diplomático pensa ainda que dá prestígio internacional combater a desordem social na periferia da periferia com tanques e soldados, preferencialmente sob a égide da Organização das Nações Unidas.

Desde o ano de 2004 a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, Minustah, conta com militares brasileiros. Estimados em 1.200 homens, esse contingente deu ao Brasil a liderança em número de soldados assim como a desgraça da

* Professor Titular de Relações Internacionais da Universidade de Brasília e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (procopio@unb.br).

contaminação da SIDA em vários deles. Essa presença, somada à de outras nacionalidades, sequer aliviou a fome naquele país. Tampouco impediu a construção de portos e pistas clandestinas no litoral haitiano, onde traficantes de cocaína e armas de procedências diversas aproveitam-se da desordem.

Incensando o orgulho colonial de Paris e fazendo-se de todo oferecido para Washington, os governistas enviaram as Forças Armadas para o Haiti sem saber como retirá-las dali. País com o qual a sociedade brasileira – ainda que não o saiba – guarda profunda identidade cultural, lá sob a bandeira da ONU, as tropas do Duque de Caxias pelo menos provam que seu país consta no *Mapa Mundi*. Nesse proceder, a diplomacia presidencial tricota a talvez mais vistosa de suas reivindicações: o assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Sem direito a veto, essa vaidade importa, sobretudo, à diplomacia do pragmatismo circunstancial. Tanta *mise en scène* tem custo que o contribuinte gostaria de vê-lo aplicado em prioridades não simbólicas.

Outra atrapalhada, esvaziar a Alca, isto é, a Área de Livre Comércio das Américas e fortalecer a cooperação com Washington traduz a habilidade do Itamaraty na troca do seis por meia dúzia. Daí os impasses no fortalecimento do eixo Sul-Sul. Crises não evitadas, por exemplo, as presentes no relacionamento com a Bolívia, o Equador, o Paraguai e principalmente o mau atendimento consular às vítimas da diáspora tentando ganhar o pão no exterior, esses fatos sublinham o despreparo do MRE no enfrentamento de novos desafios. Expõe a debilidade na articulação das políticas interna e externa por instrumentos para reverter percepções extremamente desfavoráveis ao Brasil nas relações internacionais. Particularmente o êxodo e a devastação ambiental implicam práticas que travam a interação com projetos por um Estado indutor de justiça social.

Ressentida pelas debilidades que a impedem de emular com as ousadias espalhadas pela filosofia bolivarianista acalentada por Caracas, Havana, La Paz e Quito, pelas estradas do bioetanol Brasília refundou o pacto da dependência. Este pacto apela por ciclos econômicos do passado para, como sempre, levar essa economia a abastecer as metrópoles com matéria-prima. Nesse país da fome, o ciclo inconcluso da *Saccharum officinarum* desempenha protagônico papel no aumento da vulnerabilidade externa da economia.

Por meio da expansão do bioetanol, forja-se futuro em tradição inglória de economia latifundiária e colonial. Essa opção preocupa porque atiga conflitos pelo mal uso de bens, como terra e água, vítimas indefesas das mudanças climáticas. Isso apesar da reserva anunciada do ouro negro nessa nova petropotência, onde abaixo da camada de sal em zonas litorâneas guardam-se o equivalente a 50 bilhões de barris.

Ninguém cobre os danos pela forma como o agronegócio inseriu-se na sociedade brasileira. Parte dos malefícios do latifúndio, o poder central equivocadamente acredita saná-los com as esmolas do assistencialismo. A prática paternalista concretizada pelo lulismo, pai dos pobres e mãe dos banqueiros, esbalda na herança da hegemonia neoliberal e providencia o obituário da emancipação social das classes oprimidas.

O anacronismo político capaz de combinar ortodoxia econômica com programas assistencialistas não é novidade no capitalismo periférico hodierno. Seu caráter paternalista e eleitoreiro interessa às elites tradicionais que há decênios constitucionalizam ilusões para evitar rupturas nas regras do jogo do poder.

Forças compromissadas com os Direitos Humanos, inclusive a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, formularam críticas contra o comodismo social presente no Programa Bolsa Família que exclui os mais pobres entre os pobres. Os enganosos resultados a favor da inclusão talharam essa aposentadoria antecipada numa dadivosa escola de votar. Ensinam perpetuar uma cultura assistencialista pela ilegitimação da racionalidade contra a apartação social.

Recebido em 27/08/2009

Aprovado em 01/09/2009

Resumo: o artigo aborda a política externa do governo Lula. Critica a sua atuação nas seguintes áreas: agronegócio e o seu papel na missão de paz das Nações Unidas no Haiti.

Abstract: the article deals with the foreign policy of Lula's government. It criticizes the agribusiness and the role of Brazil in the United Nations Stabilization Mission in Haiti (Minustah).

Palavras chaves: política externa do Brasil; biocombustível; Haiti

Key words: Brazilian foreign policy; biofuel; Haiti

O significado dos recentes gastos militares do Brasil em perspectiva

The meaning of Brazil's recent military expenditures in perspective

ANTÔNIO JORGE RAMALHO DA ROCHA*

Meridiano 47 n. 110, set. 2009 [p. 14 a 15]

“O Brasil não é para principiantes”, dizia Tom Jobim aos estrangeiros que lhe pediam para explicar certas coisas de nosso país. E sorria. É um país difícil de entender.

Desde a semana passada, parece que Defesa nacional virou assunto importante. O Senado Federal autorizou o empréstimo necessário a adquirir 4 submarinos convencionais e 50 helicópteros, além de concluir o projeto do submarino movido a propulsão nuclear. Ato contínuo, fala-se da compra dos caças destinados a reequipar a Força Aérea. Outra parte do dinheiro estava no orçamento da União, entregue ao Congresso na mesma semana.

Embora se tenha considerado a menção aos caças indício de preferência pela proposta francesa, o Governo diz não ter tomado a decisão sobre o Programa FX-2. Suécia e EUA ainda estão no páreo. Tudo depende de possíveis novas concessões e de como elas se enquadrariam na Estratégia Nacional de Defesa.

Sim, porque o País agora possui um documento público em que expressa, sem rodeios, seus objetivos para esta área nos próximos 30 anos. Não é um livro branco de Defesa, mas é “pra valer”. Aliás, o documento fala de várias parcerias, sinalizando o pragmatismo dos novos tempos. Fala também dessas compras.

Pena que a imprensa não lhe tenha dedicado atenção. Se o fizesse, não se teria surpreendido com os anúncios da semana. Desavisados, jornalistas referiram-se aos Ministérios da Marinha e da Aeronáutica, extintos com a criação do Ministério da Defesa, há

mais de 10 anos. E muito tardiamente, cabe notar: mundo afora, isso se fez há mais de uma geração. Os grandes começaram a unificar suas Forças no calor da Segunda Guerra Mundial, quando restou evidente que a desarticulação de esforços em água, terra e ar se pagaria com vidas humanas. Felizmente, não tivemos esse problema. Mas isso explica, em parte, a burocratização da atividade militar no Brasil e seu histórico envolvimento em assuntos que não lhe cabem. Como toda agência burocrática, na falta de um claro sentido de direção, cada Força cuidou de si.

Faltava visão de conjunto. A tal ponto que o Brasil, em pleno Regime Militar, reduziu os gastos com armamentos. Um caso único, ainda mal explicado. O país não é para principiantes. O Regime queria legitimar-se, dizia-se. Mas ali começou o longo processo de sucateamento das Forças Armadas. Na transição para a democracia, nenhuma liderança tratou do assunto. Os militares calaram-se, como se só houvessem cometido erros. Os civis fugiram à responsabilidade de interpretar os desejos da sociedade no que concerne à sua segurança. Não definiram o que o Brasil queria de suas Forças Armadas e não se arriscaram a pautar as missões militares. Talvez não soubessem o que fazer com os militares. Havia outras prioridades. Trataram-se assuntos de Estado como se fossem opções de governos. Faltou visão de longo prazo para a área de defesa.

Certas coisas progridem lentamente no Brasil. Mas progridem. Agora, a visão existe. Enquadra gastos e prioriza programas, o que implicará ampliar as responsabilidades e o orçamento do Ministério da

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB (antonio.ramalho@gmail.com)

Defesa. É ver como esses assuntos serão tratados na próxima campanha presidencial. Que projeto de Força queremos? De quantos generais precisaremos daqui a 30 anos? E de quantos soldados? Para que missões específicas? O que queremos quando participamos de missões de paz?

Ainda falta muito. A própria tecnologia que se quer absorver com essas compras depende de massa crítica nos centros de pesquisa, nas universidades, nas empresas. Não dá para ficar só nas universidades públicas e não basta combinar com a FIESP. Se a sociedade não se envolver profundamente, perderemos a oportunidade de absorver parte da tecnologia negociada com a França. A Estratégia vincula Defesa a desenvolvimento e centra o foco em produtos e serviços de uso dual. Mas as linhas de pesquisa na área de Defesa são escassas, os especialistas raros. É preciso financiar a produção de conhecimento na área, como se faz com petróleo e gás, como se faz com a Amazônia. É preciso abrir espaço aos empreendedores brasileiros, quiçá por meio do mercado mobiliário. Se cabe ao Governo induzir, caberá à sociedade responder a essa indução e tornar esses esforços sustentáveis.

E só agora o Congresso Nacional parece ter entendido que isso lhe diz respeito. Talvez porque os valores pareçam altos. Não são. Para se ter uma idéia, hoje o Brasil é o 12º país em gastos com defesa, respondendo por 1,6% dos gastos mundiais. Uma das razões da parceria com a França é que ela gasta o triplo disso (4,5%), atrás de China (5,8%) e dos EUA (41,5%). Só que isso inclui o pessoal. Também os inativos: no nosso caso, respondem por mais da metade da folha de pagamentos. Outro caso raro no mundo. O normal é gastar mais com os militares da ativa. O caso do Brasil é também extremo, pois mais de 80% dos gastos de defesa destinam-se a pessoal. Para se ter uma idéia, o padrão aplicado pelos países da OTAN recomenda o teto de 40% dos gastos com pessoal, destinando-se o resto a custeio e investimentos. Mas continuamos a recrutar nas mesmas proporções, a despeito dos aperfeiçoamentos tecnológicos. Como se exércitos numerosos implicassem êxito militar. Mais

adiante, esse pessoal irá para a reserva: o volume de gastos previdenciários se ampliará. As próximas gerações pagarão esta conta. É preciso ter consciência de que qualquer mudança feita hoje nesse campo surtirá efeito daqui a 30, 35 anos.

Como proporção do PIB, o Brasil gasta 1,5%, comparado com a média mundial de 2,4%. Os gastos brasileiros per capita são quase a metade da média mundial: US\$ 120,00 contra US\$ 217,00. Só perdem para China e Índia. (Os números, produzidos pelo SIPRI, referem-se a 2008.)

Ademais, os gastos se farão nos próximos 30 anos. E, a exemplo do que ocorre em outros países, produzirão riqueza. Há externalidades positivas. Não são apenas gastos; são investimentos. Só que é preciso vigiar sua execução, no marco estabelecido pela Estratégia Nacional de Defesa. Daqui a pouco, a própria Estratégia deverá ser revista, sem prejuízo dos investimentos de longo prazo já contratados. Então poderemos gastar mais e melhor, se a sociedade e o Congresso Nacional se envolverem no processo, como parecem ter feito na semana passada.

E é bom que o façam. E que permaneçam interessados na Defesa nacional. Porque o assunto não ficou importante na semana passada. Sempre foi. E não é assunto para principiantes.

Recebido em 09/09/2009

Aprovado em 11/09/2009

Resumo: o artigo trata do rearmamento do Brasil. Ele destaca a necessidade de o país modernizar as suas forças armadas.

Abstract: the article talks about the Brazilian rearmament. It points out the necessity of Brazil to modernize its armed forces.

Palavras-chaves: forças armadas; corrida armamentista; orçamento militar

Key words: armed forces of Brazil; arms race; military budget



Relação Estratégica Brasil-França: Questões a serem respondidas

Brazil-France Strategic Relation: questions to be answered

GUNTHER RUDZIT*
OTTO NOGAMI**

Meridiano 47 n. 110, set. 2009 [p. 16 a 18]

A questão acerca das compras de equipamento militar por parte do governo brasileiro esteve em evidência nas últimas semanas. Muitas discussões surgiram sobre o processo de seleção dos novos caças para a Força Aérea Brasileira (FAB) dentro do programa FX2, com as atenções voltadas, principalmente, sobre a relação que se estabelece entre Brasil e França a partir da quase certa aquisição do avião francês. Apesar do destaque para a área militar, faz-se necessário uma rápida análise sobre outros aspectos dessa aproximação para que se possa avaliar se ela tem possibilidade de se concretizar.

Em vários pronunciamentos e entrevistas, tanto do lado brasileiro quanto do francês, a expressão *relacionamento estratégico* entre Brasil e França foi muito utilizada, inclusive pelo próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PRESIDÊNCIA, 2009). A mensagem que se procurou dar foi de que as relações entre os dois países não estão ligadas somente à área militar, mas em muitas outras, principalmente a econômica. Dias antes da recente visita do presidente Nicolas Sarkozy ao Brasil pelo dia da nossa independência, o conselheiro diplomático do governo francês, Jean-David Léвите, ressaltou o interesse de expandir as relações em outras áreas além da militar (OLIVEIRA e BRAMATTI, 2009).

Após o desfile e negociações em Brasília, a ministra da economia francesa, Christine Lagarde, foi a São Paulo para aprofundar os contatos econômicos. Em entrevista a ministra também destacou que os dois presidentes têm clareza da natureza estratégica

da relação entre França e Brasil (ESTADO, 09/07/09). Neste mesmo dia, em palestra proferida na Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP), disse que seu país apoiava todas as reivindicações brasileiras nos fóruns multilaterais. Por conseguinte, faz-se necessário uma rápida análise acerca dos pleitos brasileiros e como o governo francês poderá, ou se pode mesmo, influenciar nas decisões.

Um primeiro tema que foi bastante destacado no Brasil foi o apoio da França à candidatura do Rio de Janeiro para sede das Olimpíadas de 2016 (FRANCO, 2009). Apesar deste tema ter se transformado em uma questão política entre as cidades candidatas pode-se dizer que se tornou em uma questão de orgulho nacional no Brasil. O processo de decisão da escolha das sedes dos jogos olímpicos é tomada pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), que não tem representantes dos governos dentre seus membros, já que é uma organização não-governamental (IOC, 2008). Os critérios que são analisados no processo de escolha são técnicos e não políticos, fazendo com que uma vitória carioca não se dará devido à explicitação desta opinião por parte do governo francês.

O segundo pleito brasileiro mencionado na visita de Sarkozy é em relação ao assento permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSONU). Apesar de ser um antigo desejo da diplomacia brasileira, foi no governo Luiz Inácio Lula da Silva que o tema se tornou uma questão central para a nossa política externa, sendo tema de comunicados em todas as viagens internacionais que o presidente

* Doutor em Ciência Política pela USP. Coordenador do curso de Relações Internacionais da FAAP- SP, Professor de Relações Internacionais das Faculdades Integradas Rio Branco e do MBA do IBMEC-SP (grudzit@yahoo.com).

** Mestre em Economia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e doutorando em Engenharia pela Universidade de São Paulo - USP. Professor do IBMEC-SP (Otton@isp.edu.br).

Lula fez em seus dois mandatos. Não foram poucos os governos que anunciaram apoio à reivindicação brasileira, tanto que até a administração George W. Bush emitiu comentário favorável. Assim, a decisão comunicada em Brasília pelo presidente francês somente engrossa essa lista, mas falta esclarecer como a França conseguirá este feito.

O tema da reforma do Conselho de Segurança está sendo cogitada e discutida há quase dez anos. No final de fevereiro do ano passado a Assembléia Geral das Nações Unidas (AGONU) adotou uma resolução estabelecendo um cronograma para o início das negociações para o aumento de assentos permanentes no Conselho de Segurança, mas sem definir um limite para seu fim (UN, 2009). Tendo em vista a postura negativa pré existente do governo da República Popular da China pela inclusão do Japão neste foro, é questionável a capacidade francesa de conseguir reverter tal postura. Conseqüentemente, a declaração de apoio à reivindicação brasileira precisará superar obstáculos muito grandes.

O terceiro pleito brasileiro ganhou força a partir de setembro de 2008 quando estourou a crise financeira. A rápida relevância que o Grupo dos 20 (G-20) passou a ter desde então tem se tornado peça fundamental para a diplomacia econômica do Brasil, já que em sua última reunião em abril deste ano os líderes políticos aceitaram a necessidade de mudança na distribuição e na redistribuição das cotas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Essa mudança é considerada essencial para que o processo de decisão destes dois organismos multilaterais reflita a nova realidade econômica internacional.

Atualmente a distribuição está dividida em 57% para os países desenvolvidos e 43% para os países em desenvolvimento, e há uma proposta de dividir igualmente as duas partes. Para isso, haverá necessariamente a perda de poder decisório por parte de alguns Estados que hoje poderiam ser considerados como “sobrerrepresentados” neste processo, já que suas economias não estão mais entre as maiores do mundo (MILANESE, 2009). Há indicações que o governo norte-americano apóia esta mudança, e que ela seja nos votos europeus, como por exemplo, em

relação Holanda e Suíça. Diante desta realidade, é de se questionar se o governo francês irá apoiar o pleito do Brasil em conjunto com os BRIC (sigla das iniciais de Brasil, Rússia, Índia e China) e ir contra governos membros da União Européia (UE).

O quarto e último tema que é muito caro à diplomacia brasileira e está relacionado ao fim do subsídio agrícola. Este assunto é central ao Itamaraty há muitos anos, mas ganhou peso na política externa brasileira a partir do governo Lula que definiu como de fundamental importância ao interesse nacional a negociação da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). A partir deste ponto de vista, o caminho lógico realmente é o de buscar a eliminação dessa prática financeira no âmbito multilateral do comércio internacional, mas que, após oito anos de negociações não foi concluída.

A postura francesa nesta área é oposta à brasileira. O programa de subsídio agrícola da União Européia tem sido um dos focos de ataque da diplomacia brasileira, sendo que o Estado com maior parcela dentro deste programa é justamente a França, que reiteradas vezes se colocou contrária à diminuição dos subsídios. Tanto que, em sua entrevista a um jornal paulistano, a ministra Christine Lagarde afirmou que os governos francês e brasileiro irão defender juntos o protecionismo, mas somente se referiu à questão do subsídio de forma muito vaga, afirmando que “devemos torcer para que os líderes resolvam esses problemas” (OLIVEIRA e BRAMATTI, 2009).

Essas questões são muito importantes para o futuro brasileiro. Com as decisões tomadas recentemente, o relacionamento entre os dois países ficará entrelaçado enquanto o Brasil utilizar os equipamentos franceses, ou seja, ao redor de 35 anos. Entretanto, somente poderemos chamar essa relação de estratégica se a mesma for além da área militar. Caso contrário, será pura e simplesmente uma transação comercial no âmbito militar com respaldo político.

Referências

ESTADO, Agência. (2009) “França quer parceria nas áreas nuclear e espacial com Brasil”. Disponível em [<http://www.estadao.com.br/noticias/>

nacional,franca-quer-parceria-nas-areas-nuclear-e-espacial-com-brasil,430389,0.htm]. Acesso em 10/09/09.

FRANCO, Bernardo Mello. (2009) *"Sarkozy diz que apóia candidatura do Rio para sediar Olimpíadas de 2016."* Disponível em [http://moglobo.globo.com/integra.asp?txtUrl=/rio/rio2016/mat/2009/09/07/sarkozy-diz-que-apoia-candidatura-do-rio-para-sediar-olimpiadas-de-2016-767510165.asp]. Acesso em 10/09/09.

IOC. International Olympic Committee. (2008) "Factsheet. Host city election facts and figures." Disponível em [http://multimedia.olympic.org/pdf/en_report_1191.pdf]. Acesso em 10/09/09.

MILANESE, Daniele. (2009) *"É cedo para declarar fim da crise"*. O Estado de São Paulo, *Jornal O Estado de São Paulo*, Economia & Negócios, p.B4, 05/09/2009.

OLIVEIRA, Clarisse e BRAMATTI, Daniel (2009). "França está mais perto do Brasil que EUA." *Jornal O Estado de São Paulo*, Nacional, p.A9, 09/09/2009.

PRESIDÊNCIA, Governo Brasileiro (2009). *"Entrevista conjunta presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da*

Silva e da França Nicloas Sarkozy". Disponível em [HTTP://www.planalto.gov.br/exec/inf_entrevistadata.cfm] . Acesso em 10/09/09.

UN, Radio Nações Unidas. (16/09/2008). *"Reforma do Conselho de Segurança terá Cronograma"*. Disponível em: [http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/detail/151163.html]. Acesso em: 10/09/09.

Recebido em 14/09/2009

Aprovado em 15/09/2009

Resumo: Brasil e França estariam começando uma relação estratégica. Para tanto, algumas posturas econômicas e políticas terão que ser redefinidas.

Abstract: Brazil and France would be initiating a strategic relationship. To that end, some economic and political position must be redefined.

Palavras-chave: Política Internacional, Economia Internacional, Política Externa.

Key Words: International Politics; International Economy, Foreign Policy.



La renegociación de Itaipú: una nueva oportunidad para el Paraguay

The Itaipú renegotiation: a new opportunity for Paraguay

GUSTAVO ROJAS*
LUCAS ARCE**

Meridiano 47 n. 110, set. 2009 [p. 19 a 21]

Después de casi un año de intensas negociaciones, Paraguay y Brasil definieron las bases de un acuerdo para la Hidroeléctrica de Itaipú. El Brasil recibe actualmente casi 20 por ciento de su energía de Itaipú, pagando al Paraguay cerca de US\$ 120 millones anuales por la energía cedida. Cada país es dueño de la mitad de los 14.000 megawatts que la represa produce anualmente, pero el Paraguay consume solamente 5 por ciento de su parcela, vendiendo lo restante a Eletrobrás por US\$ 45 el megawatt/hora.

El documento firmado por ambos presidentes, llamado 'Construyendo una Nueva Etapa en la Relación Bilateral', establece que el valor pagado por Brasil por la energía paraguaya será triplicado, alcanzando US\$ 360 millones. Con el acuerdo el Paraguay será, finalmente, autorizado a vender un monto creciente de ese excedente de energía directamente al mercado brasileño, donde, según los precios actuales del mercado, su valor puede llegar a US\$ 65 por megawatt/hora. Además, la empresa Itaipú Binacional costeará la modernización de una línea de transmisión entre la usina y Villa Hayes, ampliando la capacidad de transmisión de la energía disponible para Paraguay. Finalmente, el Presidente Lula renovó sus votos para la creación de un fondo de desarrollo destinado a financiar proyectos de integración productiva y de obras de infraestructura en Paraguay.

La implementación de estas medidas se dará después de que los grupos de trabajo establecidos definan los pormenores de cada punto. Cabe recordar

también que algunas de estas medidas necesitarán de la aprobación de ambos parlamentos, por lo que la diplomacia parlamentaria deberá ganar un nuevo impulso.

Sería importante notar las nuevas posibilidades que genera este acuerdo, tanto por los nuevos ingresos monetarios que representa en el futuro, pero también porque redefine los términos de la relación bilateral con el Brasil. Durante la ceremonia de firma del acuerdo, el Presidente Lula afirmó: 'El Brasil no está interesado en crecer y desarrollarse si nuestros vecinos no estén creciendo y desarrollándose al mismo tiempo'.

Hay que tomar este acuerdo como un puntapié inicial para la región, donde, al poder enfocar la atención fuera de la controversia de Itaipú, el diálogo sobre la integración productiva puede verse incrementado. Por ello, se vuelve imperioso reforzar las tratativas para ahondar la integración infraestructural, que permita vías más fluidas de comunicación de Paraguay con la región y el mundo. En ese sentido, las actuales discusiones sobre la integración de los sistemas ferroviarios de Paraguay, Argentina y Brasil deberían ganar un renovado ímpetu.

Por otro lado, sería interesante para el país detenerse en las estrategias de desarrollo que proponen los estados brasileños fronterizos con Paraguay, de forma tal de participar en aquellas actividades que promuevan el crecimiento y las sinergias de esas regiones a ambos lados de la frontera.

** Alumno del Programa de Maestría en Relaciones y Negociaciones Internacionales de FLACSO Argentina/Universidad de San Andrés/Universitat de Barcelona (gustavorojasri@yahoo.com.br)

** Alumno del Programa de Maestría en Relaciones y Negociaciones Internacionales de FLACSO Argentina/Universidad de San Andrés/Universitat de Barcelona (gustavorojasri@yahoo.com.br)

Una interesante pista para la búsqueda de una mayor integración de los sistemas productivos de Paraguay y Brasil, y al mismo tiempo, para un impulso de la industrialización de Paraguay, sería examinar con mayor detenimiento la Política de Desarrollo Productivo lanzada por la Agencia Brasileña de Desarrollo Industrial (ABDI) a mediados del año pasado. Esta iniciativa fue calificada por muchos especialistas como el actual estado del arte mundial en política industrial. Este plan traza metas claras y factibles, tanto para el Gobierno cuanto para los empresarios brasileños, constituyéndose en una verdadera convergencia de Políticas de Estado dirigidas a alentar la competitividad de la producción brasileña.

Uno de los objetivos estratégicos de este plan es promover una mayor integración con el MERCOSUR. Tenemos que tener en cuenta que Paraguay parte de una base industrial aun muy poco desarrollada, que precisa de un continuo cambio estructural, y una política de fomento a la innovación que pueda dar lugar a funciones productivas competitivas a nivel regional. Este esfuerzo no puede darse aisladamente desde el Estado, sino que debería también fundamentarse en la identificación de aquellos empresarios emprendedores que pueden convertirse en la contraparte de esta nueva iniciativa. Lamentablemente, muchos de ellos se encuentran hoy fuera de las organizaciones más representativas del empresariado. Por lo tanto, es de gran importancia que estos empresarios y el Gobierno paraguayo fomenten discusiones que apunten a la construcción de una hoja de ruta para empezar a entablar una aproximación con las autoridades y el sector privado brasileño, especialmente de aquellos estados limítrofes. La Política de Desarrollo Productivo brasileña identifica como prioritarios algunos sectores de especial potencial para el Paraguay, como agroindustrias, biodiesel, bioetanol, plásticos, cuero y calzados, madera y muebles, higiene, perfumería y cosméticos, textil, carnes, siderurgia, biotecnología, entre otros.

Del acuerdo firmado entre ambos países también surge una oportunidad muy interesante para la compañía estatal de electricidad, la Administración Nacional de Electricidad (ANDE), con miras a su internacionalización en el largo plazo. Para

ello, debería requerirse un estadio de mejora y adquisición de nuevas capacidades para una entrada al competitivo mercado brasileño. Una vía para realizar este objetivo sería el análisis detenido de las experiencias internacionales de éxito en la venta internacional de energía en el mercado abierto, tanto de empresas públicas cuanto privadas. Sin embargo, debemos tener en cuenta el estadio de desarrollo de la compañía, y sus capacidades reales para poder atender la demanda: el aprendizaje será costoso e implicará un cambio grande en su gestión y su misión empresarial. No obstante, la aceptable gestión de ANDE respecto a otras empresas públicas paraguayas, podría ser un indicio de la existencia de una base que pueda sostener este viraje.

Esta reestructuración de la ANDE podría darse en consonancia con la política de atracción de inversiones al Paraguay. Al ser el precio de la energía vendida en el mercado abierto brasileño mucho más elevada que los precios actuales, ANDE podría ofrecer reducciones de tarifas a aquellas empresas que le compraran la energía, en el caso de que estas inviertan en sectores estratégicos en el Paraguay. Sería tanto una forma de promocionar la venta de la energía paraguaya en el mercado brasileño como de atraer inversiones al Paraguay. Esta medida, junto a un perfeccionamiento de las actuales políticas públicas de promoción a la competitividad industrial, agregando un perfil más vertical y de aliento a las exportaciones, podría ser de gran potencial.

Nunca está de más recordar que el diálogo abierto, sin preconceptos, y su producto, la estabilidad política, constituyen precondiciones para la puesta en marcha de cualquier estrategia de desarrollo coherente. La búsqueda de consenso sobre estos puntos no debería encontrar oposición dentro de ningún partido, visto que, indudablemente, buscan la promoción del desarrollo de toda la sociedad paraguaya

Por todo ello, es imprescindible que los diferentes sectores de la sociedad paraguaya comprendan el momento histórico frente al cual se encuentran: la firma de este acuerdo no trata sólo del fin de una historia, también trata del comienzo de una elección de lo que se hará para aprovechar las

oportunidades devenidas de este acuerdo, y la forma en que se implementará este esfuerzo que tiene por objetivo mejorar las condiciones de vida de todos los paraguayos en el futuro.

Recebido em 02/09/2009
Aprovado em 04/09/2009

Abstract: After nearly a year of negotiations, Paraguay and Brazil traced the outline of an agreement on Itaipu Dam. With this agreement, Paraguay would triple the received income from the sale of electricity to Brazil. Beyond that, the authors note the new opportunities

generated by this agreement, which redefines the bilateral relationship with Brazil.

Resumen: Después de casi un año de negociaciones, Paraguay y Brasil definieron las bases de un acuerdo sobre la Hidroeléctrica de Itaipú. Con este acuerdo, Paraguay triplicaría el ingreso que recibe por la venta de energía eléctrica al Brasil. Más allá de ello, los autores notan las nuevas posibilidades que genera este acuerdo, que redefine la relación bilateral con el Brasil.

Palavras-chave: Itaipú; Paraguay; desarrollo
Key words: Itaipú; Paraguay; development



O ocaso da “rivalidade emergente”

The decline of the «emergent rivalry»

MATIAS SPEKTOR*

Meridiano 47 n. 110, set. 2009 [p. 22]

A “rivalidade emergente” é uma das teses mais arraigadas da mitologia brasileira em política externa. Ela prega que o processo de modernização econômica do Brasil levou os Estados Unidos a enxergarem no país um desafio real ou potencial. O resultado dessa leitura teria sido uma estratégia americana desenhada para tolher, embotar e mitigar o desenvolvimento nacional brasileiro. Forças estruturais empurrariam os Estados Unidos a fazer o possível para manter o Brasil enquistado na periferia do sistema internacional. Ecoando a teoria da dependência, essa perspectiva sustenta que a industrialização num país periférico gera reação adversa por parte dos países centrais.

A “rivalidade emergente” não é a única leitura existente das relações brasileiro-americanas. Mas representa a principal tentativa de interpretar o vínculo entre os dois países em uma perspectiva de longo prazo. Ela tem grande apelo entre as elites brasileiras, predomina nas salas de aula das principais universidades do país e dá o tom do concurso de ingresso ao Instituto Rio Branco, a academia diplomática. Tendo em vista o histórico de dominação estrangeira na América Latina, talvez seja natural que uma tese dessa natureza seja abraçada como paradigma.

Entretanto, diante da verdadeira enxurrada de documentos recém-abertos para a pesquisa em arquivos diplomáticos do Brasil, Estados Unidos, América Latina e Europa, a “rivalidade emergente” não resiste ao escrutínio de um olhar inquisitivo.

As novas fontes de arquivos multinacionais são primorosas porque permitem estudar a nuance e ambigüidade que marcaram o vínculo do Brasil com a maior potência do sistema internacional. Sem dúvida, os documentos mostram a extensão e profundidade da hegemonia americana. Mas revelam também o grau em que essa hegemonia foi essencial para criar um ambiente no qual o Brasil pôde viver seu fabuloso

processo de modernização conservadora. As fontes ainda iluminam as recorrentes, mas fracassadas tentativas americanas de fortalecer o Brasil. E comprovam a rica variação das respostas brasileiras ao desafio de viver nas bordas do ocidente liberal.

A nossa ignorância sobre o principal vínculo internacional do país ainda é vasta. O exame cuidadoso da história agora é possível graças a condições ímpares de acesso à informação. Esta é a hora de arregaçar as mangas, visitar os arquivos e oferecer uma narrativa sofisticada, atenta aos detalhes, e alerta para os tons de cinza. Somente assim será possível corrigir crenças equivocadas e chegar a uma avaliação mais sóbria das escolhas realizadas.

À medida que se multiplicam os desafios de política externa, construir as melhores interpretações possíveis sobre os porquês da relação com Washington é uma das tarefas mais urgentes de nossa geração.

Recebido em 02/09/2009

Aprovado em 03/09/2009

Resumo: O artigo examina o estado da arte da historiografia sobre o conceito de “Rivalidade Emergente”, que por muito tempo serviu para explicar as relações entre o Brasil e os Estados Unidos em parte do século XX.

Abstract: The article examines the concept of «Emergent Rivalry». For a long time it explained the bilateral relationship of Brazil and the United States in part of the 20th century.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; Rivalidade Emergente; Relações Brasil-EUA

Key words: Brazilian Foreign Policy; Emergent Rivalry; Brazil-USA bilateral relationship

* Coordenador do Centro de Estudos Internacionais da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (matias.spektor@gmail.com).

Estados Unidos e Arábia Saudita: desafio do governo Obama

United States and Saudi Arabia: the challenge of Obama's government

VIRGÍLIO CAIXETA ARRAES*

Meridiano 47 n. 110, set. 2009 [p. 23 a 24]

Transcorridos mais de seis meses de mandato, observa-se que o governo Obama não implementou, de fato, nenhuma medida transformadora na sua política externa, apesar de ela ter sido um dos pontos mais vulneráveis da gestão antecessora. Dentre eles, situa-se, sem sombra de dúvida, o Oriente Médio. Nele, a Arábia Saudita é o mais importante aliado dos Estados Unidos, após Israel. Isoladamente, não há como desconsiderá-la de temas como petróleo ou terrorismo, por exemplo.

Em tese, a configuração do relacionamento amero-saudita diminui ou intensifica sobremaneira a estabilidade regional. Nas últimas semanas, a Casa Branca tem-se aproximado mais de Riad, porém sem ainda conseguir estabelecer uma relação pessoal mais próxima entre o Presidente Obama e o Rei Abdullah, considerada fundamental pela diplomacia estadunidense para se superar a dificuldade em torno de questões polêmicas como:

O próprio destino da presença anglo-americana em solo iraquiano, em vista da importância econômica – petróleo – e religiosa – as cidades de Karbala e Najaf, por exemplo –, ou a disputa entre israelenses e palestinos, tema caro ao monarca saudita e, por conseguinte, presente de maneira mais acentuada na política externa de seu país desde a sua assunção ao trono, em agosto de 2005. Isto inclui mesmo o provimento de auxílio financeiro oficial à Autoridade Palestina.

Para estes, há a necessidade de seu próprio Estado, a fim de trazer maior estabilidade política à região médio-oriental e solucionar ou ao menos encaminhar o problema dos refugiados e do status de Jerusalém; para aqueles, a aceitação de sua existência pelos demais países muçulmanos, com o fito de

regularizar as relações diplomáticas e, por extensão, abrir novas oportunidades de comércio, cooperação técnica, entre outras necessidades.

A proximidade entre aqueles mandatários foi de certa forma desprezada no governo anterior – somente em seu segundo mandato é que Bush se deslocou à Arábia Saudita. Lá, há uma das bases militares mais importantes dos Estados Unidos, encorpada após a primeira Guerra do Golfo, sob a justificativa de garantir a segurança de seus aliados contra regimes expansionistas ou aventureiros.

Possivelmente, a Arábia Saudita será o destino de muitos prisioneiros de Guantánamo, quando da desativação real do presídio a acontecer possivelmente no final do ano. A razão se deve ao fato de o país dispor de um centro de recuperação de terroristas.

Outrossim, a aliança amero-saudita justifica-se bastante em decorrência da visão de Washington acerca da posição de Riad no Oriente Médio: ser um contraponto ao Irã em duas frentes. Na primeira, a preocupação refere-se ao andamento do programa nuclear de Teerã. Nesse sentido, o poderio financeiro dos sauditas, ao lado de sua disponibilidade energética, poderia influenciar países a não cooperar com o governo iraniano, como foi o caso recente com a China.

A segunda delas conecta-se com a possibilidade de firmar-se no Iraque pós-ocupação euro-americana um governo xiita, mais próximo naturalmente de Teerã. Espera-se que o país aja da mesma maneira que no Líbano, onde auxilia política e economicamente os sunitas, não tão arredios a um contato permanente com os Estados Unidos, em oposição ao Hezbolá, alinhado ao Irã.

Além do mais, a diplomacia saudita poderia desempenhar um papel importante na mediação de

* Professor do Departamento de História da Universidade de Brasília (arraes@unb.br).

problemas com o Paquistão e também com o Talibã, ambos majoritariamente sunitas. No final de 2008, tentou-se uma conciliação política entre este e o governo de Islamabad. Mesmo infrutífero, o encontro mostrou Riad como um interlocutor valioso para futuros entendimentos.

Assim, na visão da Casa Branca, apesar de possíveis vínculos financeiros entre extremistas religiosos – simpatizantes da Al-Qaida, por exemplo – e membros do governo saudita, a manutenção da parceria é mais importante, o que explica o comportamento do Departamento de Justiça com vistas a opor-se internamente aos processos judiciais de famílias com parentes mortos no atentado terrorista de 2001.

Nestas disputas, argumenta-se que a família real saudita deveria ser responsabilizada do ponto de vista financeiro por ter supostamente patrocinado os perpetradores do ataque, ao menos de maneira indireta.

Apesar das tentativas de fortalecimento dos laços entre os dois países, há um aspecto a ser considerado de modo cauteloso pela Arábia Saudita que é, por seu turno, fundamental para o equilíbrio político do Oriente Médio: a movimentação da diplomacia americana estende-se também ao Irã.

Seria um feito importante para o governo Obama a normalização do relacionamento com Teerã após trinta anos de severos atritos, o que incluiu o

patrocínio político de uma guerra – a do Irã-Iraque entre 1980 e 1988. Ademais, isso possibilitaria maior diversificação para as demandas energéticas norte-americanas, com a conseqüente diminuição da dependência de fontes sauditas.

Por outro lado, a resposta da Arábia Saudita teria impacto diferente no curto prazo: vender mais petróleo para a Índia e China. Embora mantivesse o nível financeiro, politicamente os ganhos a serem aferidos seriam sem sombra de dúvida mais modestos.

Recebido em 19/09/2009

Aprovado em 21/09/2009

Resumo: o artigo trata do relacionamento diplomático entre Estados Unidos e Arábia Saudita. Narra a atual dificuldade da Casa Branca de aproximar-se mais daquele país, o maior produtor de petróleo.

Abstract: the article deals with the diplomatic relationship between the United States and Saudi Arabia. It describes the current difficulty of the White House to become closer to that country, the biggest oil producer.

Palavras chaves: Estados Unidos, Arábia Saudita, Barack Obama

Key words: United States, Saudi Arabia, Barack Obama



Azerbaijão – a esquina de Dede Korkut na Rota das Sedas

Azerbaijan – the corner of Dede Korkut in the silk routes

PAULO ANTÔNIO PEREIRA PINTO*

Meridiano 47 n. 110, set. 2009 [p. 25 a 27]

Quem são, no Azerbaijão, os azeris: turcos iranianos ou iranianos turcos? Consta que, no início de formação desta nacionalidade, lá pelo Século XIV, o bom ancião Dede Kokurt ficava, em área hoje ocupada pelo país, na esquina da Rota das Sedas, e “narrando, espalhava por toda a parte” a epopéia deste povo tão antigo. A questão não tem apenas o interesse literário sobre a principal narrativa oral dos “povos turcos” – entre eles os azeris, que reverenciam a imagem de Dede Kokurt. Isto porque, o Azerbaijão, como outros novos estados que se emanciparam da União Soviética, a partir da década de 1990, enfrentam, entre outros, os problemas do estabelecimento de identidades nacionais viáveis e da reconstrução de suas instituições culturais e educacionais.

O Azerbaijão é palco de história rica e antiga e, da mesma forma que seus vizinhos no Cáucaso, tem sido cenário de batalhas há mais de um milênio. Há evidência de ocupação humana em seu território, desde a Idade da Pedra. Localizada na convergência de diferentes civilizações, a região foi invadida e disputada por grandes impérios e personagens famosos, como Alexandre o Grande, o General Romano Pompeu, o conquistador mongol Genghis Khan, e o Tsar Pedro o Grande.

Cartograficamente, o Azerbaijão estende-se do Noroeste do Irã, ao Mar Cáspio, a Leste. Faz fronteira, a Oeste, com a Armênia e Turquia. Ao Norte, situam-se a Geórgia e a Rússia. A nação azeri encontra-se, hoje, dividida em duas partes. A que ocupa o território do país hoje independente, a partir de 1991. E ao Sul, a que habita na parte meridional iraniana. Esta divisão

ocorreu em 1828, a partir de tratado entre a Pérsia e a Rússia.

Apenas cerca de oito milhões dos nacionais azeris vivem no Azerbaijão. Entre 20 e 30 milhões habitam, ao Sul, no Irã. Estima-se, ainda, que quase dois milhões se encontrem na Turquia e número idêntico na Rússia. Grupos significativos residem na Geórgia, Iraque e Ucrânia. Há versões distintas sobre a origem étnica desta população, cuja língua é conhecida como azeri e, hoje, segue, majoritariamente o Islã Shiita. Hoje, o Azerbaijão, quando reconhecido, conforme mencionado em texto meu anterior, é identificado por situar-se na “esquina do mundo”.

Especialistas e simpatizantes identificam, aqui, fronteiras entre a Europa e a Ásia, entre o Ocidente e o Oriente, entre o Mundo Cristão e o Muçulmano, entre áreas de influências atuais da Rússia, Irã e Turquia e, na condição de ex-integrante da União Soviética, entre um sistema centralmente planejado e um de economia de mercado. Daí, para o observador em Baku, ser importante encontrar algo que defina a identidade cultural azeri. Este esforço leva, inevitavelmente, ao estudo do personagem Dede Korkut. Trata-se da figura maior da história épica dos oguzes, que formaram um dos principais ramos dos povos túrquicos, entre os séculos VIII e XI, e são considerados ancestrais dos turcos modernos. Estes incluem, entre outros: azeris, turcos da Turquia, turcomenos, turcos qashqais do Irã, turcos do Khorassan e gagaúzes, que, em conjunto, representam mais de 100 milhões de pessoas.

As narrativas místicas fazem parte da herança cultural dos “Estados turcos”, que incluem, hoje, a

* Diplomata. Primeiro Embaixador do Brasil residente em Baku, Azerbaijão. Serviu, anteriormente, como Cônsul-Geral em Mumbai e, a partir da década de 1980, durante vinte anos, na Ásia Oriental, sucessivamente, em Pequim, Kuala Lumpur, Cingapura, Manila e Taipé. As opiniões expressas são de sua inteira responsabilidade e não refletem pontos de vista do Ministério das Relações Exteriores (papinto2006@gmail.com).

Turquia, o Azerbaijão e o Turcomenistão, e, em menor grau, o Casaquistão e o Kyrgystão. Para os povos que se consideram turcos, especialmente os que se identificam como oguzes, o livro Dede Korkut é o principal registro de sua identidade étnica, história, costumes e de seus sistemas de valores, através da História.

Nos contos, lugares, batalhas, armas, intrigas, cavalos, palácios, fontes e jardins saltam à imaginação. O leitor, então, passa a sonhar como se estivesse assistindo a um filme. Trata-se, como já foi dito, de uma película épica, a definir a consciência coletiva de um povo. Segundo especialistas no assunto, Dede Korkut teria, para o mundo turco e, nesse contexto, para a nacionalidade azeri, o mesmo papel de definição de uma identidade unificadora, que, no Ocidente teriam tido epopéias como a *Íliada* e a *Odisséia*.

Várias datas são sugeridas para o desenrolar das narrativas de Dede Korkut. A maioria dos estudiosos concordaria que o período mais provável seria o do século XV, na medida em que as tradições mencionadas registrariam conflitos entre os oguzes e seus rivais turcos na Ásia Central. Outros autores, no entanto, situam os acontecimentos como ocorridos ainda nos século VIII. A grande dificuldade para o estabelecimento mais preciso das datas deve-se ao fato de que os povos em questão eram nômades, sem deixarem registros por escrito, prevalecendo as narrativas orais.

Os contos épicos de Dede Korkut encontram-se entre os melhores, registrados oralmente, na língua turca. Para especialistas, não há dúvida de que os fatos ocorridos teriam acontecido no território, hoje ocupado pelo Azerbaijão. Na esquina da Rota das Sedas, conforme já foi dito, por ser Baku, então, centro comercial da maior importância, no intercâmbio de bens e convergência de culturas, entre a Europa e a Ásia Central. Tratam de lutas pela liberdade em época durante a qual os oguzes eram um povo pastoril, em fase de transição para o conceito de uma etnia turca mais ampla. Ocorria, mais uma vez, de um ponto de inflexão – de outra fronteira, no tempo – enquanto o Islã começava a predominar na região, coincidindo com a adoção de um estilo de vida mais sedentário, possivelmente no século XIV.

Hoje publicado em diferentes idiomas, o Dede Korkut registra, como já mencionado, narrativas orais, ora com escritos em prosa, ora em versos. Conclui-se, hoje, que a epopéia é composta por dezesseis histórias. As doze principais compreendem período posterior à adoção do Islã, pelos turcos. Os heróis, portanto, são retratados como “bons muçulmanos”, enquanto há referências aos infiéis, como vilões. Mas há referências, também a mitologia prevalecente no período anterior à introdução do Islã.

O personagem Dede Korkut é entendido como o “Vovô Korkut”, uma mistura de curandeiro, profeta e narrador de estórias. É desenhado como um respeitável idoso, de cabelos e barbas brancos. O décimo-segundo capítulo faz a compilação de dizeres atribuídos a ele. Representa, portanto, um líder mais velho – conselheiro ou sábio – resolvendo as dificuldades com as quais se confrontam os membros da tribo. No Brasil, foi publicado um primeiro livro de autor azeri, “O Manuscrito Inacabado”, escrito pelo Prof. Kamal Abdullayev¹, tendo como pano de fundo tramas da referida epopéia. Segundo o Prof. Claude Allibert, a obra relata parte desta tradição oral “neste momento em que, a nação azerbaijana reencontra sua identidade, resgata o passado épico e o articula com o presente de um povo que recupera suas raízes”².

Sempre de acordo com o já citado Prof. Claude Allibert, a epopéia Dede Korkut é recitada desde o século IX “atualizada através de técnicas narrativas modernas: micronarrativas, pluralidade de narradores, mudanças de épocas repentinas, retomada de uma mesma passagem que se completa em seguida, adoção de diferentes pontos de vista em torno de uma mesma situação, o que deixa um importante trabalho de compreensão ao leitor, que deve construir sua própria interpretação. A astúcia, a crueldade, e a beleza de certa violência guerreira, nem sempre contida, podendo explodir de modo brutal nos confrontos e nos castigos demoníacos, recobrem a

1 O Manuscrito Inacabado. Por Kamal Abdullayev. Ideia. João Pessoa. 2009.

2 Prefácio à edição francesa escrito por Claude Allibert Professor Associado do Instituto Nacional de Línguas e Civilizações Orientais – INALCO.

atmosfera oriental arcaica que remete o leitor europeu à história mongol.”

Retorna-se, neste ponto, ao argumento citado acima sobre a problemática atual dos estados emancipados da URSS, no que diz respeito à recuperação de suas identidades nacionais e reconstrução de mecanismos institucionais.

Cabe recordar, a propósito, que, na década de 1960, quando se tornaram independentes a maioria das ex-colônias européias, na Ásia e África, havia um mundo bipolarizado com escolhas de sistemas de governança mais simples e bem definidos: o socialista ou o capitalista. Era, então, possível a um país recém independente escolher, como modelo, um ou outro. Como consequência, um poderoso aliado e grupo significativo de simpatizantes era imediatamente adquirido.

Quando emergiram da União Soviética, no entanto, as novas repúblicas tiveram que inserir-se, a partir de 1991, em emaranhado de “geometrias político-econômicas variáveis”, que não lhes garantia aliados automáticos.

Além disso, com a globalização já em vigor, receberam prontas cobranças sobre como adotar modernas legislações para formas de governança que respeitassem direitos humanos, meio ambiente, propriedades industriais e intelectuais e outras maneiras de comportamento internacional aceitável.

Conforme já foi dito em texto anterior, o Azerbaijão vive momento de crescente inserção econômica internacional, em virtude da importância estratégica de seus recursos energéticos. Este esforço, no entanto, não é descolado do exercício de resgate de sua identidade cultural. Daí, a reflexão sobre suas tradições, como narrativas orais, não despertam apenas curiosidade literária.

Há historiadores que afirmam ter Dede Korkut vivido, no século XIV, ao Sul do Cáucaso, por 295 anos. Chego a acreditar, pois, visitei recentemente a região de montanhas de Lerik, na parte meridional do Azerbaijão, onde existe uma povoação conhecida pela longevidade de seus habitantes, vários com mais de 100 anos de idade. Isto seria explicado por um micro clima que combinaria umidade, tipo de alimentação, um determinado chá, mel de abelhas raras, muitas caminhadas e a qualidade da água.

Lá encontrei um cidadão que alega ter 137 anos. Entre as perguntas rotineiras que lhe formulei, ficou a relativa à melhor época de sua vida. Criticou, a propósito, a parte final do Império Russo, no início do século passado, que abraçava então o Sul do Cáucaso, sem oferecer boas condições materiais à população azeri. Bom mesmo, para sua vizinhança, alegou politicamente correto, tem sido o período iniciado com a liderança atual da família Aliyev, no poder em Baku, a partir de 1993.

Recebido em 26/09/2009

Aprovado em 29/09/2009

Resumo: o artigo aborda a história do Azerbaijão. Ele narra a origem do povo Azerbaijão e tenta situar historicamente uma de suas mais importantes personagens, Dede Korkut

Abstract: the article deals with the Azerbaijan history. It narrates the origin of this people and tries to situate historically one of the most important person of the country, Dede Korkut

Palavras-chaves: Azerbaijão, Cáucaso

Key words: Azerbaijan, Caucasus



O Brasil e os direitos humanos: do conservadorismo à valorização

Brazil and human rights: from conservatism to valorization

BRUNA VIEIRA DE PAULA*

Meridiano 47 n. 110, set. 2009 [p. 28 a 30]

O presente trabalho objetiva realizar breve análise da política externa brasileira em direitos humanos de 1948 até hoje, de modo a demonstrar que esta evoluiu do conservadorismo à valorização desses direitos, após a redemocratização.

Após a adoção da Declaração Universal de 1948, a posição brasileira foi assertiva na proteção desses direitos, adquirindo experiência regional e global (CERVO & BUENO, 2002). O Brasil não era apenas um Estado constitucional democrático, mas também um dos países com discurso mais avançado sobre o tema (ALVES, 2008), tendo participado dos trabalhos preparatórios da Declaração.

A partir de 1964, porém, com o estabelecimento do regime militar, o Brasil passou a tomar posições mais defensivas, isolacionistas e conservadoras nos foros multilaterais de direitos humanos (CERVO & BUENO, 2002). Refletindo a realidade de supressão de direitos humanos no plano interno, estes direitos desapareceram da sintaxe diplomática brasileira e permaneceram no ostracismo (ALVES, 2008). O País passou a apresentar maior resistência à aceitação de mecanismos internacionais de proteção, sob a justificativa de que a proteção dos direitos humanos era competência interna do Estado. Portanto, o Brasil não ratificou os Pactos Internacionais de Direitos Humanos de 1966.

Nesse contexto, a candidatura do Brasil à Comissão de Direitos Humanos, no final dos anos 1970, foi motivada pelos problemas "de imagem" que o país enfrentava no plano internacional. As denúncias de violações de direitos humanos no Brasil sob regime militar, que tiveram início com organizações não governamentais e foram continuadas pelo Governo

Jimmy Carter dos Estados Unidos, haviam levado o Brasil a ser examinado pelo procedimento confidencial 1503 da Comissão, embora tenha escapado de acusação formal (ALVES, 2008).

Com a redemocratização, a partir de 1984, teve início um período de transição e a retomada gradual das posições tradicionais brasileiras para direitos humanos que durou até 1989. Ampliou-se a transparência e o diálogo com organizações não-governamentais e órgãos internacionais. A evolução interna do processo de redemocratização se refletia externamente em posturas mais atuantes. O Brasil passou a realizar intervenções nos debates sobre violações na Comissão de Direitos Humanos e deixou de votar sistematicamente contra resoluções sobre a situação de países (ALVES, 2008).

Em 1985, na abertura da Assembléia Geral da ONU, o Brasil realizou discurso em que afirmou que emergia de um "longa noite" e que "*os direitos humanos adquirem uma dimensão fundamental, estreitamente ligada à própria prática da convivência e do pluralismo. (...).*" (CORRÊA, 2007).

Em 1988, foi adotada ainda nova Constituição Federal. Segundo o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, "*é nela que devemos buscar o marco que orienta a visão e a atuação do Brasil no tema dos direitos humanos. Depois da redemocratização, adotamos postura mais aberta e cooperativa frente ao tema. Ganhou ímpeto a ratificação, pelo Brasil, de tratados internacionais dos quais o país ainda não era parte*" (AMORIM, 2008). Dessa forma, de 1990 a 1994 tem lugar um período de adesão ao sistema na política externa brasileira de direitos humanos (ALVES, 2008). Em 1992, o Brasil aderiu aos Pactos Internacionais de

* Diplomata e mestranda em Diplomacia do Instituto Rio Branco (IRBR-MRE). Este artigo não reflete posições ou opiniões do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (brunaddh@gmail.com).

Direitos Humanos de 1966 e à Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969.

De acordo com o Embaixador Lindgren Alves, em 1993 ocorreu o grande divisor de águas para a atuação do Brasil em matéria de direitos humanos: a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de Viena. Ela impulsionou abertura das posições oficiais do Brasil e foi significativa desde o processo preparatório nacional, em que a sociedade civil pôde discutir as linhas de atuação que o País adotaria (ALVES, 2000).

Além disso, o Brasil foi escolhido para presidir o Comitê de Redação da Conferência. As negociações do documento final da Conferência se mostravam complicadas e problemáticas, de modo que o Embaixador Lindgren chega mesmo a asseverar que *“não é exagero afirmar que foi graças à atuação do Brasil, e em particular ao Embaixador Gilberto Sabóia, que a Conferência Mundial de 1993 teve aprovado por consenso o mais abrangente documento internacional de direitos humanos até agora existente”* (ALVES, 2000).

Cabe destacar ainda que foi também no início dos anos 1990 que o Brasil começou a cumprir de forma satisfatória e com a regularidade possível com a obrigação presente nos tratados internacionais de direitos humanos de apresentar relatórios periódicos aos comitês de supervisão e monitoramento. Para isso, foi desenvolvida cooperação entre governo, meio acadêmico e sociedade civil (ALVES, 2008).

O período de valorização do sistema de proteção internacional dos direitos humanos pela política externa brasileira teve início em 1995 com o Governo Fernando Henrique e tem prosseguido desde 2003 com a eleição do Presidente Lula. O governo brasileiro passou a agir mais ativamente nos órgãos de implementação e controle das recomendações e normas internacionais. Além disso, a posição de abertura e diálogo do Brasil com os mecanismos especiais da Comissão de Direitos Humanos aprofundou-se com a extensão de convite permanente a todos eles para visitarem o Brasil (*standing invitation*). O país é um dos que mais tem recebido visitas (11 ao todo), tendo os governos federal e estadual cooperado com os relatores.

O Brasil também manteve posturas ativas e inovadoras na Comissão de Direitos Humanos. Destacam-se as resoluções propostas que afirmavam como fundamental o direito de acesso a medicamentos no contexto de pandemias, como a AIDS, ou a incompatibilidade entre a democracia e o racismo (ALVES, 2008).

Em 2006, o Brasil apoiou a criação do Conselho de Direitos Humanos e teve papel positivo no trabalho de definição de seu arcabouço institucional. O País buscou explorar propostas e mediar posições que evitassem as excessivas politização e seletividade pelas quais a antiga Comissão foi amplamente criticada. O Brasil tem considerado ainda a criação do Mecanismo de Revisão Periódica Universal (UPR) como um dos avanços institucionais mais relevantes do Conselho e teve participação ativa na sua criação (AMORIM, 2008).

Assim como ocorria na antiga Comissão, o Brasil possui no Conselho a reputação de *honest broker*, negociador confiável, tanto no âmbito do Grupo de Países Latino-Americanos, como junto a outros grupos regionais. Além disso, nas votações de resoluções no âmbito do Conselho, o Brasil tem buscado manter equilíbrio entre a necessidade de garantir o monitoramento equitativo dos direitos humanos e de impedir a seletividade (PINHEIRO, 2008).

Assim, durante o período de valorização do sistema, o Brasil consolidou uma política externa de direitos humanos. Conforme o Ministro Celso Amorim, *“Defendemos o caráter universal, a indivisibilidade e a interdependência desses direitos. Somos contrários a iniciativas que impliquem uma hierarquização de direitos ou que dissociem direitos civis e políticos de direitos econômicos, sociais e culturais, ou do direito ao desenvolvimento. Democracia, desenvolvimento e os direitos humanos estão inter-relacionados.”* (AMORIM, 2008) Nesses princípios, tem se baseado a política externa brasileira em direitos humanos em todos os seus campos, como direitos da criança, da mulher, dos povos indígenas e o combate ao racismo. Restam agora os desafios de evitar politização e seletividades dos direitos humanos e garantir uma agenda positiva a eles.

Referências

- ALVES, José Augusto Lindgren. (2008) "Direitos Humanos e o Papel do Brasil". In: FUNAG. *O Brasil e a ONU*. Brasília: FUNAG. pp. 183-204.
- AMORIM, Celso. (2008) "Brasil, um interlocutor coerente". In: Secretaria Especial de Direitos Humanos. *Brasil Direitos Humanos, 2008: A realidade do país aos 60 anos da Declaração Universal*. Brasília: SEDH. pp. 39-41.
- CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. (2002) *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). *O Brasil nas Nações Unidas, 1946-2006*. Brasília: Funag, 2007.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Brasil na ONU e na OEA. In: Secretaria Especial de Direitos Humanos. *Brasil Direitos Humanos, 2008: A realidade do país aos 60 anos da Declaração Universal*. Brasília: SEDH, 2008. pp. 37-38.
- Bruna Vieira de Paula é Diplomata e mestranda em Diplomacia do Instituto Rio Branco (IRBR-MRE).

Este artigo não reflete posições ou opiniões do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (brunaddh@gmail.com).

Recebido em 24/09/2009

Aprovado em 28/09/2009

Resumo: Analisa brevemente a política externa brasileira em direitos humanos de 1948 até hoje, demonstrando que esta evoluiu do conservadorismo à valorização.

Abstract: Briefly analyses Brazilian foreign policy concerning human rights from 1948 until now, demonstrating that it has evolved from conservatism to valorization.

Palavras-chave: direitos humanos; política externa brasileira, evolução

Key words: human rights; Brazilian foreign policy, evolution



RESENHA

Lords of Finance: The Bankers Who Broke the World*

MAURÍCIO SANTORO ROCHA**

Meridiano 47 n. 110, set. 2009 [p. 31 a 32]

Durante a crise asiática, Liaquat Ahamed olhou com apreensão uma capa da revista Time com fotografias de autoridades econômicas com o título “o comitê para salvar o mundo”. Economista formado em Harvard e Cambridge, com longa carreira como banqueiro de investimentos, Ahamed pensou no fracasso dos titulares dos bancos centrais dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Alemanha em enfrentar a Grande Depressão da década de 1930. Do desconforto nasceu o excelente livro “*Lords of Finance: The Bankers Who Broke the World*”.

As biografias dos quatro protagonistas se entrelaçam com os dilemas de seus países. Montagu Norman, da Grã-Bretanha, era um aristocrata herói da guerra dos bôeres. Émile Moreau, da França, tecnocrata da prestigiosa Inspetoria de Finanças. Benjamin Strong, dos Estados Unidos, executivo de Wall Street que participara da organização tardia do Fed, após a sucessão de crises que afligiu “o primitivo, fragmentado e instável sistema bancário” (p.52) do país. O personagem mais interessante é Hjalmar Schacht, raro exemplo de *self-made man* da Alemanha imperial. Brillhante, mas de ambição desmedida, que o levou à aliança com os nazistas. O economista John Maynard Keynes foi o contraponto ao quarteto, na qualidade de intelectual em ascensão cujas opiniões críticas desafiavam a ortodoxia com a qual os banqueiros tentaram lidar com a Grande Depressão.

Ahamed começa a narrativa com a crise financeira decorrente da Primeira Guerra Mundial. O conflito causou sérios distúrbios ao comércio internacional e ao funcionamento das economias européias. Para

financiar gastos militares, os governos recorreram a aumentos de impostos, empréstimos (“O mais pernicioso e insidioso legado econômico da guerra foi a montanha da dívida na Europa”, p.100) ou simplesmente emissão monetária. A inflação disparou: os preços se multiplicaram por dois na Grã-Bretanha, três na França e quatro na Alemanha, abrindo caminho à catastrófica hiperinflação da década de 1920.

Outro problema: as excessivas reparações que os vencedores impuseram à Alemanha no Tratado de Versalhes. A impossibilidade de honrá-las levou a uma série de conflitos políticos, como a ocupação francesa da Renânia, fomentando o extremismo político. Tentativas internacionais de limitar as reparações – os Planos Dawes (1924) e Young (1929) – tiveram impacto positivo, mas criaram na Alemanha uma perigosa dependência ao capital estrangeiro. A fonte secou após a quebra da bolsa de Nova York e o medo de novo colapso da economia contribuiu para a vitória de Hitler.

Um tema que perpassa a obra é a dificuldade das autoridades financeiras em se adaptar às novas realidades. Ahamed examina de maneira magistral como os esforços para retomar o padrão-ouro (símbolo de confiança e estabilidade) após a I Guerra Mundial resultaram em erros e problemas de coordenação internacional. Uma das melhores anedotas do livro é a bronca que o ator Charles Chaplin deu no então secretário do Tesouro britânico, Winston Churchill, pela decisão de retornar ao ouro com um câmbio sobrevalorizado.

Porém, Ahamed presta homenagem a Benjamin Strong, que “mais do que qualquer um, inventou o

* AHAMED, Liaquat. *Lords of Finance: The Bankers Who Broke the World*. Nova York: Penguin, 2009, 564 p. ISBN 978-1-59420-182-0

** Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ e Especialista em Políticas Públicas e Gestão (Mauricio.Rocha@mdic.gov.br).

moderno banqueiro central” (p.171), criando diversos dos métodos usados para tentar estabilizar economias, e o fez no contexto de um Fed ainda bastante frágil, cindido por conflitos internos. A história sobre como Schacht derrotou a hiperinflação alemã, por meio da criação de uma moeda indexada (o *Rentenmark*) é bastante conhecida, e narrada com competência pelo autor, bem como o posterior serviço de Schacht sob os nazistas, no qual conseguiu conciliar o combate ao desemprego com controle da inflação, mesmo em meio à Grande Depressão.

Ahamed é crítico do modo fechado pelo qual os banqueiros centrais – “o clube mais exclusivo do mundo” – operavam, e de como seus procedimentos estavam cada vez mais fora de sintonia com as pressões democráticas por transparência e prestação

de contas à opinião pública. Tais fracassos ficaram evidentes na incapacidade de prevenir a crise de 1929 e na absoluta desordem e falta de cooperação que se seguiu, com os EUA, cada vez mais isolacionistas, culminando na conferência de Londres (1931) que “provou ser um completo fiasco, o último daquela longa lista de cúpulas desastrosas que começaram em Paris em 1919” (p. 466).

Nesse sentido, Keynes é de fato o herói do livro, com sua atuação aberta por meio da imprensa e dos livros, construindo as idéias que resultaram na cúpula de Bretton Woods, em 1944, e na criação de instituições econômicas internacionais que colaboraram para a prosperidade sem precedentes do mundo do pós-guerra.



RESENHA

Russia: a new cold war?*

ALESSANDRA APARECIDA LUQUE**

Meridiano 47 n. 110, set. 2009 [p. 33 a 36]

Estendendo-se da Europa à Ásia, com uma trajetória marcada por dois séculos de história, a Rússia busca na atualidade o reconhecimento do seu status como potência e a redefinição da sua identidade enquanto país reemergente depois da imediata crise do pós-Guerra Fria. De império soviético à nação russa, Estado em reconstrução, à luz de tal dualidade, o país que fora palco de grandes transformações revolucionárias, vivenciou nessas quase duas décadas, uma situação de rápida mudança. Frente a essa reconfiguração, velhos dilemas se misturam aos novos desafios reascendendo o debate sobre qual é o papel da Rússia. Dessa forma, terá a Rússia perspicácia e desenvoltura para enfrentar uma ordem em transformação ou se renderá às suas heranças e bases ideológicas soviéticas? Ou ainda buscará um caminho diferente como sugerem alguns autores?

Para tentar responder a estes questionamento, o livro intitulado *Russia: a new Cold War?* é produto de uma cooperação entre o Daedalos Institute of Geopolitics em Chiore e o OGENI (Geopolitical Observatory for Nations and the World) da Sorbonne em Paris, sendo organizado por Michel Korinman e John Laughlan. Em seu conjunto, é uma coletânea de artigos, cujos assuntos diversos são divididos em nove blocos, os quais de uma maneira ou de outra, buscam refletir acerca da pergunta título da obra e discorrem sobre as movimentações russas do Ocidente ao Oriente. O livro traz ao leitor questões concernentes aos problemas internos como demografia, território, economia, identidade, bem como as perspectivas e desafios à nação russa.

Quatro artigos inauguram a Parte I intitulado “O urso russo e o lobo americano”, os quais discorrem sobre as complexas relações da Rússia com os EUA. Os autores reconhecem a dinâmica contínua de desconfiança mútua entre ambos os países. As duas primeiras exposições – “The Missile Shield Upsets the Balance Between the US and Russia” por Alexander Grushko e “The Long Road to a Russian-American Anti-Ballistic Missile System” por Alexander Karavayev – explicitam o descontentamento russo com relação ao projeto dos escudos antimísseis norte-americano, visto como contrário aos interesses do país. No mesmo compasso, Fyodor Lukyanov em “Fear and Complacency versus Global Stability” demonstra sua relutância e descrença, não apenas com a criação desse projeto, mas com a escala de tensões e diferenças ideológicas entre Moscou e Washington, defendendo a diplomacia como única solução para as controvérsias mútuas. Paralelamente, Pavel Andreev, no paper “Russia and Britain: Upon Finding Ourselves, We May Find Each Other”, discorre sobre a relação da Rússia com a Grã-Bretanha, vista como um incentivo ao incremento da parceria Rússia-OTAN e considerada pelo autor como um atual vetor político em depressão.

Na parte II – “Rússia Ressurgente” – os autores trabalham com fatores e problemas à nação, como o declínio demográfico decorrente de indicadores desfavoráveis como a baixa fertilidade, alta mortalidade e relevante migração. Tais situações são debatidas por Gérard-François Dumont em “Russian Depopulation and Geopolitics” e Anatoly Vishnevsky em “In the

* Resenha de *Russia: a new cold war?* de Michel Korinman & John Laughland (Orgs) London: Vallentine Mitchell Academic, 2008, 396p. ISBN 978 0 85303 805 8.

** Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista – UNESP (campus de Marília) e bolsista de Iniciação Científica da FAPESP (alessandra.luque@yahoo.com.br).

Same Boat as the West”, as quais poderão levar ao encolhimento populacional e escassez de trabalho em todos os níveis num futuro não muito distante. O novo conceito de política demográfica debatido no Kremlin ainda não apresenta mudanças reais.

Irina Palilova em “Public Opinion in Russia”, examina a opinião pública da Federação Russa em assuntos referentes ao nível de satisfação aos padrões de vida correntes e à política no país, constatando, no entanto, uma confiança em demasia ao presidente, em contraste a um baixo envolvimento da população na vida política do Estado. Outro desafio analisado diz respeito às reformas militares, no qual Oliver Crone em “Putin’s Army: Between Decline, Reform and Revival”, analisa a nova doutrina militar do Kremlin, bem como os desafios da reforma e modernização do setor bélico como resposta às ingerências dos EUA e da OTAN na região eurásiana. Paralelamente, as fraquezas dos serviços de inteligência da Rússia são ressaltadas em “The Kremlin’s New Spies” por Antoine Colonna, o qual destaca a relevância do serviço de inteligência para a Rússia, representando a mesma importância como em décadas passadas.

Na seqüência, o terceiro conjunto de artigos, “Administrando o território”, apresenta dois textos que discorrem sobre as relações centro (Rússia) e periferia (novos países da CEI) no tocante às dissonâncias entre as novas fronteiras da Federação e as ex-repúblicas soviéticas. Em “Russia’s Territory in the Twenty-First Century”, Vladimir Kagansky aborda o contraste da preservação das estruturas soviéticas (autoridade de Moscou sobre as ex-repúblicas) e o enfraquecimento dos laços entre o Kremlin e as elites regionais. Vladimir Kolossov em “Building an ‘Administrative Vertical’: Looking for a Delicate Balance in the Relations Between the Centre and the Regions in Russia”, restabelece aspectos históricos dessas ingerências, encontrando no fracasso da *Perestroika*, a razão do aumento de tensões étnicas e dos movimentos separatistas e nacionais, abrindo caminho para a ameaça da desintegração.

O bloco seguinte, “Rússia para os russos”, discute conceitos e a busca por uma nova identidade, engendrado na transformação pós-soviética, além de analisar o decorrente crescimento dos

movimentos nacionalistas no país. Vale mencionar que esses movimentos ganharam impulso com a agenda nacionalista de Putin (1999/2008), diante de campanhas como a anti-Geórgia e a anti-imigração. Face ao exposto, Alexander Verkhovsky em “Changing Russian Nationalisms in Today’s Russia”, analisa a multi-eticidade russa vista pelos nacionalistas como obstáculo à concretização do slogan, ‘Russia para os russos’, movimentação entendida pelo autor como inconstrutiva e retrógrada. Vladimir Mukomel em “Russia’s Migration Policy: The Ethnic Context” aborda a nova política de migração do Kremlin com vistas a atrair mão-de-obra, apontando para novos desafios à Rússia com relação a esse processo de transmigração que culminará com a diversificação de populações e culturas e conseqüentes focos de tensões.

Emil Pain em “Nationalism and the Imperial Idea in Russia: Confrontation and Synthesis” analisa o crescimento de grupos extremistas nacionalistas, resultando em uma queda nos níveis de democracia. Moscou tem tentado reconstruir uma identidade pós-soviética por meio do retorno dos símbolos (como bandeira e hino soviéticos), lugares, datas e reconstrução da própria imagem do país como grande poder. Esses fatores são analisados por Jutta Scherrer, em “Russia’s New-Old Places of Memory” como objetivo de clamar por um sentimento nacional, patriótico e imperialista. O artigo “Islam and Politics in Russia” de Alexei Malashenko propõe uma análise sobre o islamismo e sua influencia na Política, uma vez que muitos movimentos e organizações emergiram com apelos a ideais e slogans religiosos.

Em “Geo-Economia e Geopolítica”, quinto bloco do livro, os autores discutem às questões do Gás e os projetos russos de distribuição alternativa. Os dois primeiros artigos, embora com enfoques distintos, são devotados ao relacionamento russo-alemão através do projeto Nord Stream, visto como essencial ao abastecimento do continente europeu. Dessa forma, Oliver Crone em “Pipeline of Concern: The Russian-German Gas Pipeline Project in the Baltic Sea seen from a Swedish Perspective”, examina, em especial, a perspectiva e os desafios à Suécia, principalmente sobre os planos russos de aumentar sua presença militar no mar Báltico. Tal exemplo revela as divisões

entre os membros da União Européia. Roland Gotz, por sua vez, no artigo “Germany and Russia – Strategic Partners?” faz um retrospecto das relações Berlim-Moscou, caracterizadas por uma mistura de sentimentos contraditórios e laços históricos comuns, que ganham na atualidade novos contornos.

Por sua vez, Viatcheslav Avioutskii em “The Gas War Between Russia and Ukraine: A Geostrategic Opposition” analisa a relação assimétrica entre Rússia e Ucrânia, evidenciando a existência de uma dependência mútua (Ucrânia é dependente do gás russo e, ao mesmo tempo, um país trânsito de exportação de gás russo à Europa Oriental), o que explica uma relação marcada por conflitos. Viatcheslav Avioutskii (em seu segundo texto na coletânea) e Nadia Campaner em seus respectivos artigos “Gazprom’s Southern Strategy: The Caucasus and the Black Sea” e em “The Eastern Vector of Russian Oil and Gas Exports: What Impact on the EU’s Energy Security?” analisam a nova estratégia de energia do Governo e das companhias russas de energia na região do Mar Negro, cujo intuito é diversificar os mercados e as rotas de fornecimento. Uma dessas alternativas é a região da Ásia Pacífico (APR), onde há grande demanda por energia e não requer uma infra-estrutura custosa. Vale mencionar que a projeção das exportações de hidrocarbonetos para a APR não representará, como lembram os autores, uma proporção significativa se comparados aos níveis de exportação à Europa.

Na seção seguinte – “O modelo Kosovo” – Natalia Narochnitskaya em “Thawing the Status of the “Unrecognized”, or Whether Transnistria Sets a Precedent for Kosovo” discute a política geográfica forçosamente imposta pelo desmembramento da URSS, culminando com a divisão da nação russa e um status territorial incompleto. A autora também aborda o papel dos novos estados independentes e o retorno de Moscou à sua ‘missão geopolítica natural’. Esses aspectos levantados abrem caminhos para as discussões realizadas por Predag Simic em “Russia and the Kosovo – Metohija Problem” e Florence Mardirossian em “The Geopolitics of the Southern Caucasus”, os quais discorrem sobre a presença e interesse da Rússia nos Bálcãs, os desencontros Rússia-OTAN na crise de Kosovo e as divergências

de interesses russos e ocidentais no Cáucaso, movimentações que correspondem aos principais litígios da relação Washington-Moscou.

Em “The Geopolitics of Armenia Sixteen Years After the Fall of the Soviet Union – an Interview with Serzh Sargsyan, Prime Minister of Armenia”, Gerard François Dumont e Florence Mardirossian realizam uma entrevista com o Primeiro Ministro da Armênia em junho de 2007, o qual discorre sobre as boas relações econômicas do seu país com o Irã, bem como assuntos políticos e de segurança e a contestação com o projeto simbolizado pelo gasoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan que contornará o país armênio, fazendo como que este se aproxime ainda mais de Moscou.

Na sétima parte “A Rússia Asiática”, as relações de Moscou com Japão, China e Índia são colocadas em destaque. Abrindo a discussão, Yukiko Kuroiwa em “Russo-Japanese Relations, Stressed by Territorial Dispute” traz à tona as disputa de pequenas ilhas entre russos e japoneses que remontam ao período de confrontação e desconfianças entre japoneses e russos na II Guerra Mundial. As relações entre China e Rússia parecem, no entanto, enfrentar um melhor momento. O texto “Sino-Russian Relations – According to China de Yike Zhang”, demonstra a ênfase de Moscou e Beijing na cooperação energética. A parceria é importante para ambos os lados na luta pelo multilateralismo, mas possui forças e possibilidades limitadas para construir uma completa aliança antiamericana.

Sobre a relação com a Índia, “The Indo-Russian Strategic Partnership: Past, Present and Future” de Ronak D. Desai foca-se na histórica e atualidade da parceria estratégica russo-indiana, analisando os interesses mútuos, ameaças similares e poderes ascendentes em busca do seu lugar na arena internacional. O autor deixa claro que a intensidade da cooperação russo-indiana apresenta boas perspectivas, encontrando na área energética (sobretudo nuclear) um dos principais pilares dessa parceria. Paralelamente aos debates supracitados, Fabrissi Vielmini em “Russia and Central Asia” analisa a importância da Ásia Central aos interesses estratégicos russos, uma vez que a região liga a Rússia à China e ao subcontinente indiano, além de fazer parte dos interesses do Kremlin

em se tornar um centro de poder na região eurásiana. Diante do contexto, Moscou terá que lidar não apenas com as infiltrações chinesas e norte-americanas na região, mas com as capacidades autônomas que estão ganhando impulso na região. Essas movimentações podem representar focos de tensões e riscos ao futuro da região eurásiana.

O penúltimo bloco “Psychoanalysis and Geopolitics” é composto por um único artigo “Who can understand Russia with his mind?” no qual Theodore Dalrymple discorre sobre as diferenças da Europa Ocidental e da Rússia, diferenças essas de cunho biológico, geográfico, dentre outros aspectos que podem influir, segundo o autor, diretamente nas respectivas culturas e na história humana de um país.

A última parte denominada “Resenha de Livro” aborda, como sugere seu título, uma revisão da obra “Démographie politique. Le Lois de la géopolitique des populations” de Gerard-François Dumont por Laurent Chalard. A obra que fora resultado de mais de 20 anos de estudo, oferece uma análise geopolítica das populações baseada numa teoria experimental. O autor não se restringe à Europa ou outros países desenvolvidos, mas discute a história e a contempo-

raneidade de todas as regiões do mundo, explicando a ligação entre política e demografia. Assim, Dumont busca amparo na geografia para explicar a desintegração da URSS e o crescimento natural negativo da população atual. Diante de tal cenário, o autor conclui que a Rússia não será capaz de se tornar um grande centro de poder como os EUA.

Esse livro traz consigo grandes contribuições ao estudo da Rússia contemporânea, levantando problemas e desafios reais deste país. Muitos dos temas por ele tratados são de pouco conhecimento no Brasil que, dentre as nações emergentes, não surge com relevância no conjunto da obra, demonstrando a ênfase regional das preocupações geopolíticas russas e, em termos globais, no intercâmbio com os EUA. Por se tratar de uma coletânea de artigos, revela uma pluralidade de posicionamentos e questionamentos sobre os mais variados assuntos, diante dos quais a pergunta título da obra parece se perder na imensidão de assuntos explorados. Cabe, assim, ao leitor, construir suas próprias conclusões a partir da descrição dos desafios internos e externos russo em seu processo de recomposição como grande potência.



RESENHA

A Tirania do Petróleo: A mais Poderosa Indústria do Mundo e o que Pode ser feito para Detê-la*

JOSÉ ALEXANDRE ALTAHYDE HAGE**

Meridiano 47 n. 110, set. 2009 [p. 37 a 38]

A publicação de livros sobre a politização do petróleo tem sido alta nos Estados Unidos desde o instante em que o ex-presidente George W. Bush resolveu seguir orientações de seus *policy makers* para que o país entrasse militarmente no Iraque. Embora nos assuntos científicos, o que deve servir também para a política, não seja conveniente se apegar a reducionismos e justificativas suficientes para explicar acontecimentos, há em voga nas publicações mais recentes o motivo da segurança energética que incentivou a aventura militar da Casa Branca.

Aliar energia, à base de combustíveis fósseis, com política internacional, e seus conflitos, não é originalidade do passado recente. O mais referendado livro sobre o assunto, *Petróleo: Poder e Glória*, de Daniel Yergin, publicado no Brasil em 1992, faz um largo estudo sobre os esforços que as grandes potências fazem, sobretudo Estados Unidos e Reino Unido para conseguirem a tão importante regularidade de óleo, com a qual se mantém o poder.

O mais novo lançamento brasileiro sobre a questão, *A Tirania do Petróleo*, não é diferente, continua na politização da economia do petróleo. Sua autora, Juhasz é uma das mais importantes analistas da questão energética nos Estados Unidos e, como não devia deixar de ser, com interesse internacional, visto que falar de petróleo não se pode perder a dimensão exterior. Além do mais, Antonia Juhasz é articulista sobre energia *Herald Tribune* e *New York Times*.

Mas, diferente dos outros autores, Juhasz direciona forte opinião em seu livro contra a chamada

indústria do petróleo norte-americana, a *big oil*, como prefere a autora. No mencionado trabalho a autora defende a premissa de que a elevação das grandes empresas petrolífera nos negócios domésticos e internacionais, com coordenação ou não de Washington, acarreta automaticamente crises e danos de toda ordem na vida política e econômica dos outros países, principalmente os pobres que não têm reservas de poder para se defenderem.

As empresas *big oil* não se limitam apenas a prospectar petróleo pelo planeta, junto a elas há uma enorme variedade de interesses empresariais e políticos que apostam na preeminência tecnológica, política e econômica dos Estados Unidos para que tais vantagens não acabem. Uma gama de investidores, advogados, administradores privados e públicos e políticos gravitam em torno das mais dinâmicas petroleiras que rodam pelo mundo em busca de novas jazidas.

O que se pode deduzir da análise feita pela autora é que as *big oil* se configuram em um poder à parte, gozando de certa autonomia frente ao poder político. Essa visão também não é original e tem crescido muito a partir do instante em que a globalização passou a ser entendida como limitação de soberanias. Exxon, Chevron, British Petroleum e outras são baluartes daquilo que fora conhecido como instrumentos do imperialismo, mas de modo muito moderno.

O que a autora faz é uma espécie de “pedir desculpas” pelo fato de as petroleiras norte-americanas e britânicas terem ganhado tanta projeção e poder na

* JUHASZ, Antonia. *A Tirania do Petróleo: A mais Poderosa Indústria do Mundo e o que Pode ser feito para Detê-la*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009, 431 p. (ISBN 978-85-0002-4771-1).

** Doutor em Ciência Política pela Universidade de Campinas – Unicamp; atualmente desenvolve estudos pós-doutorais na área de História na Universidade Federal Fluminense – UFF (alexandrehage@hotmail.com).

economia mundial da energia. Antes dela o falecido Peter Gowan já havia reparado na existência de um eixo Londres – Nova Iorque na coordenação internacional de prospecção, transporte e negociação de petróleo, que angaria mais poder que a endiabrada OPEP. Contudo, por ser mais politizado, sob o marxismo, Gowan enxergava nisso nada mais do que uma faceta do capitalismo.

O que o tema internacional do petróleo interessa ao Brasil, bem como a publicação de *A Tirania do Petróleo*? Um item é relevante dizer. A produção acadêmica e crítica com livros sobre energia é muito mais alta que a brasileira. Embora a premissa de Juhasz não seja tão original assim seu livro traz mais informações e análises que os anteriores não trazem,

como a associação de escritórios de advogados e membros da administração federal norte-americana, além dos já conhecidos.

É por causa do forte trânsito que a produção editorial norte-americana tem nos temas de energia que os analistas brasileiros tem de conhecer o livro de Juhasz – é bom aproveitar os caminhos abertos sobre os quais podem ser aproveitados para trabalhos futuros. E, por fim, se realmente se realizar o vaticínio do Brasil se transformar em grande produtor de petróleo, o que vale também para o etanol, deverá ser muito útil o debate e crítica existente nos Estados Unidos. O negócio é aprender com as experiências e erros alheios.



RESENHA

Relações Internacionais: o desgaste da nova ordem mundial*

THIAGO GEHRE GALVÃO**

Meridiano 47 n. 110, set. 2009 [p. 39 a 41]

Uma crítica ácida à realidade internacional: esta talvez seja a síntese da trama articulada pelo professor do Departamento de História da Universidade de Brasília, Virgílio Caixeta Arraes, para descrever a configuração da política internacional no século 21. O impacto dos Estados Unidos na conformação da ordem internacional pós-Guerra Fria, o retorno ao jogo de poder pelo uso da força nas relações internacionais, o recurso ao jogo das alianças e do conluio com as grandes potências; a participação do Brasil, normalmente como coadjuvante, neste momento histórico; a força da Igreja Católica como ator internacional, por meio da política externa da Santa Sé; e o reviver de figuras históricas significativas, pela apresentação de notas biográficas. São todos temas que ganham unicidade e coerência quando postos aos olhares atentos do internacionalista que vislumbra neles os delineamentos de uma “ordem perdida na transição” (*lost-in-transition-order*).

A linha central de pensamento do autor é tal que o desgaste da nova ordem mundial tem relação direta com o desgaste do modelo econômico neoliberal e com o ocaso do protagonismo estadunidense. O embate ideológico é força motriz da história das relações internacionais e a afirmação do binômio neoliberalismo e neoconservadorismo definem a base fundacional da busca contemporânea pelo progresso social e econômico. Dessa forma, o objetivo é o de suscitar inquietações e retirar do leitor as certezas e verdades “comercializadas” no mercado globalizado das idéias. O autor assume uma posição crítica contra a alienação intelectual e a reprodução do

discurso hegemônico de base ocidentalista. Para tanto, divide o livro em cinco capítulos principais que evoluem dos antecedentes de transformação da ordem pós-Guerra Fria até a participação de figuras destacadas na conformação de um “velho-novo-mundo”.

No primeiro capítulo, o autor se dedica a apresentar os aspectos teóricos que explicam a transformação das relações internacionais, como a leitura crítica das teses do fim da história e do choque das civilizações, a noção de guerra preventiva e preemptiva, o nexos entre religião e política exterior, os cânones neoconservadores e o debate sobre o futuro do Estado-nação. Como pano de fundo de *A Transformação das relações internacionais – abordagens teóricas*, narra o périplo norte-americano, sob a chancela de George W. Bush, para garantir o *modus vivendi* ocidental pelo estabelecimento, à força, de uma ordem mascaradamente liberal. O desafio seria organizar um mundo fragmentado pela presença de quase-Estados e de zonas supérfluas ou espaços disfuncionais do sistema internacional globalizado, produtores do terrorismo transnacional desfigurado, onipresente e ambíguo. Marcam neste momento, para o autor, o embaraço europeu em assumir uma posição de destaque mediante “hesitação para administrar a ampliação de sua própria autonomia” (p. 20) e a prática da preventividade norte-americana baseada na “clarividência de antecipar sempre os passos futuros de seus eventuais adversários” (p. 26).

O segundo capítulo, *O recrudescimento do emprego da força: crises à vista e guerras*, fixa o

* ARRAES, Virgílio. *Relações Internacionais: o desgaste da nova ordem mundial*. Brasília: Universa, 2008. 218p. ISBN: 978-85-60485-28-4.

** Professor de História das Relações Internacionais do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima – UFRR e doutorando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB (thiago.gehre@gmail.com).

olhar sobre o uso desmedido do *hard power* pela administração Bush entre 2001 e 2007, tendo como artífices do projeto neoimperialista correligionários como Colin Powel, Condolezza Rice e Paul Wolfowitz. Os fiscalizadores do presente foram responsáveis pela extensão da ação policial para outras partes do mundo e outros países, privilegiando o unilateralismo contra o “filoterrorismo fundamentalista e genocida”, que assassinou quase três mil pessoas no 11 de setembro de 2001. Além disso, o autor fala da disposição dos EUA de recompor estados disfuncionais, como o Afeganistão, e trata da criação de imagens externas como a do “eixo do mal”, vanguardas da tirania que definem o novo inimigo a ser combatido. Como alerta Arraes, “o posicionamento norte-americano já não havia sido mais percebido como a materialização do interesse geral da comunidade global” (p. 50).

No terceiro, discute *Os reflexos do belicismo norte-americano na política externa de aliados e adversários e na política energética mundial* e coloca em evidência a confusão entre o paradigma neoliberal conservador democrático e a identidade internacional dos EUA. Trata-se de repensar as bases de conformação de alianças na política internacional, que vinham do reforço do conservadorismo e da confiança excessiva em medidas de força para combater as ameaças da ubiqüidade do novo terrorismo “fruto da desterritorialização emanada da globalização” (p. 98). Além disso, debate a possibilidade de uma nova corrida armamentista entre EUA, China e Rússia, a renuclearização da ordem, levada adiante por norte-coreanos, paquistaneses, indianos e iranianos. Alguns deles aliados, outros inimigos imaginados. De qualquer forma, Arraes sintetiza que “as inúmeras denúncias sistemáticas de tortura e maus-tratos contribuem para o desmerecimento da virtude das instituições norte-americanas” (p. 122).

O capítulo quatro redireciona a bússola de interesse para visualizar a participação do Brasil nas grandes questões internacionais ao tempo das empreitadas norte-americanas descritas anteriormente. *O mundo e o Brasil: notas sobre as opções político-econômicas* retrata a frustração latino-americana com o projeto regional norte-americano

e as dúvidas quanto ao modelo sócio-econômico a determinar sua inserção internacional. Arraes critica a tentativa de humanização do neoliberalismo que parece estar “envergonhado após o balanço social e desenvolvimentista negativo no século passado sob a sua rubrica” (p. 133). Da mesma forma, descreve as aventuras do Brasil no Haiti, em busca de um “utópico” assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas, como exemplo de modificação da pauta de política externa proposta pelo Partido dos Trabalhadores, durante as eleições, e aquela implementada com o governo Lula. O autor aponta uma modificação de cunho ideológico, do socialismo para o conservadorismo, que levaram a gestão Lula a realizar programas sociais simples e limitados. Destoou, neste caso, a tentativa de implementação do *Fome Zero Mundial*, proposta relativamente bem aceita internacionalmente, mas originária de um programa interno deficiente.

A política externa da Santa Sé, tema do quinto capítulo, marca a aproximação entre o Vaticano e o governo nos Estados Unidos e os primeiros passos do pontificado de Bento XVI. O sexto e último capítulo, *A guerra fria: notas biográficas* é um interessante e peculiar esforço de incluir o estudo de personalidades históricas, objetivando dimensionar o papel do indivíduo na determinação dos rumos das relações interacionais.

Este livro de Virgílio Arraes colabora com o desenvolvimento do campo de estudo das Relações Internacionais ao disseminar uma visão de mundo contrária ao pensamento único que marcou as Ciências Humanas no Brasil e em outras partes do mundo nas últimas duas décadas. Contudo, por ser uma compilação de vários textos escritos entre abril de 2004 e março de 2007, sofre com duas debilidades: a descontinuidade da argumentação, interrompida e retomada a cada fragmento de texto; e a fluidez da narrativa histórica, que não encontra abrigo na linguagem da história do presente.

Independentemente disso, Arraes circunstancia de forma criteriosa o paradoxo do poder americano pela contraposição das ações excessivamente militaristas e as conseqüências essencialmente antiliberais e violentamente contrárias aos direitos

humanos. Ademais, vislumbra um complexo quebra-cabeça, ainda sem solução para os internacionalistas: a saída dos EUA do Iraque. Neste caso, uma importante inflexão, ou mesmo uma ruptura na política internacional, pode ocorrer nos próximos anos, quando da definição do futuro dos EUA no Oriente Médio. Além disso, a fadiga do poderio militar dos EUA faz do “país indispensável” um fardo de ambição desmedida e desordem, levando

a reflexão sobre o seu papel no futuro das relações internacionais.

Enfim, como lembra Thomas Kuhn, a evolução do conhecimento científico nasce de uma tensão essencial entre inovação e tradicionalismo, entre pensamento crítico e consensual. Virgílio Arraes está definitivamente no espectro da inovação e do pensamento crítico, contribuindo para o progresso da ciência das Relações Internacionais.



RESENHA

O Horizonte Regional do Brasil: Integração e Construção da América do Sul*

TAÍS SANDRIM JULIÃO**

Meridiano 47 n. 110, set. 2009 [p. 42 a 43]

Pensar as relações internacionais do Brasil exige ao analista a consideração de elementos políticos, econômicos, sociais, culturais e geográficos que sejam capazes de situar um significado singular à experiência internacional do país. A combinação desses elementos e a análise dela decorrente representam, portanto, condição necessária para compreender de que maneira é formulado e articulado seu projeto de política externa, bem como suas variações ao longo do processo histórico.

Este foi o desafio enfrentado por Leandro Freitas Couto, mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e analista de planejamento e orçamento do Ministério do Planejamento. O livro, todavia, traz mais do que sua dissertação, apresentando resultados mais recentes da pesquisa que está em andamento no doutorado.

O livro está inserido em duas grandes linhas de debate sobre a atuação internacional do país. A primeira diz respeito à abordagem de longa duração, concernente a trajetória da política externa brasileira desde a independência. Nesta seara, o interesse recai sobre o espaço e o posicionamento do país frente a sua circunstância sul-americana.

O autor busca demonstrar que a dinâmica político-econômica do Brasil diante de sua realidade geográfica e, nesse sentido, também geopolítica, não apresenta a continuidade que comumente lhe é atribuída. Percebe-se que o país gradativamente foi se aproximando da América do Sul e, apenas recentemente, construindo as bases para que esta se tornasse o eixo principal de orientação da política

externa. O Brasil já teria sido americano, latino-americano e, desde 1990, se tornado um país sul-americano.

É a partir deste diagnóstico que a segunda linha de debate pode ser identificada. Isso porque, ao definir-se pela América do Sul, o Brasil acabou por re-dimensionar o papel da integração regional no âmbito de sua agenda de inserção internacional. Para o autor, a partir do governo Cardoso coube ao país passar da retórica à atitude pragmática direcionada aos seus vizinhos. E, no governo Lula, esta tem permanecido como a diretriz central da atuação do país, não mais circunscrita apenas em termos de uma agenda regional, mas também de um posicionamento da América do Sul enquanto parte estrutural da plataforma global do Brasil e de sua identidade internacional.

Esta análise foi consubstanciada pelo estudo de oito momentos considerados pelo autor como relevantes na trajetória brasileira em direção à América do Sul: a Área de Livre-Comércio da América do Sul (ALCSA), as Reuniões de Presidentes da América do Sul, o nascimento da Comunidade Sul-Americana de Nações, a Declaração de Cochabamba e a União Sul-Americana de Nações (Unasul), a Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), o Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI), o Programa Sul-Americano de Apoio às atividades de Cooperação e em Ciência e Tecnologia (Prosul) e, por fim, os reflexos na agenda de segurança e a iniciativa regional de defesa, o Conselho Sul-Americano de Defesa, concretizada no final de 2008.

* COUTO, Leandro Freitas. *O Horizonte Regional do Brasil: Integração e Construção da América do Sul*. Curitiba: Juruá, 2009, 180p. ISBN 978-85-362-2548-7.

** Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB (taisjuliao@unb.br).

Diante deste cenário, o autor destaca o potencial que a região teria de adquirir um perfil não somente econômico, mas também político, social e cultural, marcado pela densidade das relações que estariam induzidas pela contigüidade espacial e identidade geoespacial, capazes de fomentar verdadeiras *redes de integração*.

Foi realizado amplo levantamento de dados que não se restringem a aspectos econômicos, sendo destacados índices educacionais, de saúde e turismo. O quadro resultante demonstra, entre outros elementos, a heterogeneidade deste espaço geográfico, para o qual se configuram enormes desafios à integração.

Para o autor, os dados sobre as interações e conexões entre os países indica um cenário de integração que caminha a passos lentos.

Em síntese, as conclusões do livro apontam para questionamentos diante dos quais o Brasil precisa se posicionar: se a América do Sul é sua circunstância, seria o país responsável por engendrar os instrumentos para que a integração se efetive? Se a América do Sul é seu *horizonte regional*, a construção desta identidade seria um projeto brasileiro? Pela complexidade das perguntas que o livro provoca, é possível vislumbrar sua qualidade e sua contribuição para a literatura de relações internacionais.

